



e-DOM – Diário Oficial Eletrônico Município de Santa Cruz - PE

Instituído pela Lei Municipal nº 441, de 07 de março de 2017.

Versão assinada digitalmente, conforme Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de AGOSTO de 2001.

Edição de nº 1.567, Ano 2020 – Quarta-feira, 09 de setembro de 2020.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão (Presencial) Nº 0017/2020-PMSC, Nº-005/2020-FMAS, e Processo Administrativo Nº 053/2020-PMSC, Nº006/2020-FMAS, – Sessão dia 22/09/2020 – às 09:00(nove) horas. Objeto: Contratação de empresa ou microempreendedor individual e/ou pessoas físicas especializada, para locação de 01(um) veículo tipo passeio de 04-portas, transporte mínima (04) pessoas confortavelmente sentadas, destinados ao atendimento do Programa Criança Feliz, da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município, e, locação de 01 (um) veículo tipo utilitário, caminhonete, carroceria aberta, para realizar o transporte de materiais elétricos, e outros, para a manutenção do Sistema de Iluminação Pública do Município, pelo período de 12 (doze) meses, com pagamento com base no valor mensal, com pagamento com base no valor mensal. Edital e informação na Avenida 03 de Maio, nº 276, centro, Santa Cruz (PE). Fone/Fax: 0**87-3874- 8175/8156/8134. O edital encontra - se disponível gratuitamente no Portal da Transparência na *websaite: www.santacruz.pe.gov.br*, E- mail pmscpe@hotmail.com

Santa Cruz-PE, 08/09/2020
Juarez Guimarães da Silva
Pregoeiro/Presidente da CPL.

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA N.º 147/2020-GP

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ**, Estado de Pernambuco, Sra. **ELIANE MARIA DA SILVA SOARES**, no uso das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal e da estrutura administrativa vigentes no Município.

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ

CNPJ nº 24.301.475/0001-86
Av. 03 de Maio, nº 276. Centro
CEP 56.215-000
Tel.: (87) 3874-8186
e-mail: pmscpe@hotmail.com

ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
Prefeita

RILBERTO RODRIGUES COELHO
Vice-Prefeito

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, do cargo de **EDUCADOR DE APOIO (a)**, e ao mesmo tempo **NOMEAR**, para o cargo de **DIRETOR(A) ENS. INFANTIL**, Mat: 968, do Departamento de Ensino Fundamental, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação o Sr. **FRANCILDO SILVA DE ALMEIDA**, brasileiro, solteiro, inscrito no RG n.º 7.865.248 - SDS-PE e CPF n.º 076.031.354-78.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Santa Cruz-PE, em 01 de Agosto de 2020.

ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 149/2020-GP

EMENTA: Nomear para o cargo Comissionado de Coordenador do NASF, o Sr. **SEVERINO CAETANO DOS SANTOS NETO**.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ**, Estado de Pernambuco, Sra. **ELIANE MARIA DA SILVA SOARES**, no uso das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal e da estrutura administrativa vigentes no Município.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, para o cargo de **COORDENADOR DO NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família**, o Sr. **SEVERINO**

DAIANE DA SILVA TAVARES
Secretaria de Educação

ANA CÉLIA DA SILVA GOMES
Secretaria de Administração e Finanças

FRANCISCO TAVARES PEREIRA
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

UBIRATAN GUIMARÃES SOARES
Secretaria de Governo

RYVALDA RODRIGUES MACEDO
Secretaria de Saúde

FABRÍCIO MARQUES GUIMARÃES
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

ANTONIO JOSÉ BARROS CELESTINO
Secretaria de Cultura, Esportes e Juventude

CICERA LEONEIDE DOS SANTOS CANDIDO SILVA
Secretaria de Assistência Social



e-DOM – Diário Oficial Eletrônico Município de Santa Cruz - PE

Instituído pela Lei Municipal nº 441, de 07 de março de 2017.

Versão assinada digitalmente, conforme Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de AGOSTO de 2001.

Edição de nº 1.567, Ano 2020 – Quarta-feira, 09 de setembro de 2020.

CAETANO DOS SANTOS NETO, Mat: 1915, inscrito no RG n.º 7.345.934 SDS/PE e CPF nº 112.867.994-90 e lotar na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ, EM 01 DE AGOSTO DE 2020.

ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 150/2020-GP

EMENTA: Nomear servidor público no cargo comissionado que especifica, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ, Estado de Pernambuco, Sra. **ELIANE MARIA DA SILVA SOARES**, no uso das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal e da estrutura administrativa vigentes no Município.

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR**, a Sra. **MARIA GECILMA VIEIRA LOPES**, inscrita no RG nº 5.938.415 SSP-PE e portadora do CPF nº 039.513.414-59, para o cargo de **COORD. PEDAGÓGICO**, Mat. nº 649, do Departamento de Ensino Fundamental, e lotar na Escola Anselmo Cordeiro Guimarães, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ

CNPJ nº 24.301.475/0001-86
Av. 03 de Maio, nº 276. Centro
CEP 56.215-000
Tel.: (87) 3874-8186
e-mail: pmscpe@hotmail.com

ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
Prefeita

RILBERTO RODRIGUES COELHO
Vice-Prefeito

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Santa Cruz/PE, em 01 de Agosto de 2020.

ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
Prefeita

PORTARIA N.º151/2020-GP

EMENTA: Nomear servidor público no cargo comissionado que especifica, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ, ESTADO DE PERNAMBUCO, Sra. **ELIANE MARIA DA SILVA SOARES**, no uso das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal e da estrutura administrativa vigentes no Município.

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR**, para o Cargo Comissionado de **SUPERVISOR DE SERV. AMBULATORIAIS**, a Sra. **MARIA LUZIA DO NASCIMENTO ALENCAR SANTOS**, inscrita no RG n.º 7.567.357 SSP/PE e CPF nº 070.207.794-17, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Santa Cruz/PE, em 03 de Agosto de 2020.

ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
Prefeita

DAIANE DA SILVA TAVARES
Secretaria de Educação

ANA CÉLIA DA SILVA GOMES
Secretaria de Administração e Finanças

FRANCISCO TAVARES PEREIRA
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

UBIRATAN GUIMARÃES SOARES
Secretaria de Governo

RYVALDA RODRIGUES MACEDO
Secretaria de Saúde

FABRÍCIO MARQUES GUIMARÃES
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

ANTONIO JOSÉ BARROS CELESTINO
Secretaria de Cultura, Esportes e Juventude

CICERA LEONEIDE DOS SANTOS CANDIDO SILVA
Secretaria de Assistência Social



e-DOM – Diário Oficial Eletrônico Município de Santa Cruz - PE

Instituído pela Lei Municipal nº 441, de 07 de março de 2017.

Versão assinada digitalmente, conforme Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de AGOSTO de 2001.

Edição de nº 1.567, Ano 2020 – Quarta-feira, 09 de setembro de 2020.

PORTARIA N.º154/2020-GP

EMENTA: Nomear os cargos em comissão que abaixo indica e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ, Estado de Pernambuco, Sra. ELIANE MARIA DA SILVA SOARES, no uso das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal e da estrutura administrativa vigentes no Município.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR para o quadro de provimento em comissão da Prefeitura Municipal, no âmbito da **Secretaria Municipal de Educação** os respectivos cargos que ocupam os seguintes servidores:

| | | |
|------|--------------------------------|-----------------------------|
| 1850 | ANDERSON MENDES DE SOUZA | EDUCADOR DE APOIO (a) |
| 1845 | CARLA DAIANE RODRIGUES LIMA | EDUCADOR DE APOIO (a) |
| 1504 | CLEIDIANA DE SOUZA MONTEIRO | EDUCADOR DE APOIO (a) |
| 1924 | CRISTIANO DE SOUZA ARAUJO | EDUCADOR DE APOIO (a) |
| 1645 | DIANA TAVARES GUIMARAES | CHEFE DE SUPERVISAO ESCOLAR |
| 1760 | EDILEIDE COSTA COELHO | EDUCADOR DE APOIO (a) |
| 1644 | EMANUEL LEANDRO TEIXEIRA | CHEFE DE SUPERVISAO ESCOLAR |
| 1795 | ERICA NAYARA GOMES LEITE | EDUCADOR DE APOIO (a) |
| 1657 | IRACILDA DA SILVA SOUZA | EDUCADOR DE APOIO (a) |
| 900 | JAQUELINE DE SOUZA SILVA COSTA | SUPERVISORA EDUCACIONAL |
| 1794 | JOAO CARLOS DA CRUZ SILVA | EDUCADOR DE APOIO (a) |
| 1861 | JOSE ALYSON DE SENA GUEDES | CHEFE DE DIVISÃO |

| | | |
|------|--------------------------------|-----------------------------|
| 704 | JOSE ELIAS DE SOUZA | ASSISTENTE DE APOIO TECNICO |
| 751 | MARIA ELOIZA COSTA DE SOUZA | EDUCADOR DE APOIO (a) |
| 551 | MARIA LEIDE GOMES DA SILVA | EDUCADOR DE APOIO (a) |
| 1849 | MARIA NERIS ALFREDO DE SOUZA | CHEFE DE SUPERVISAO ESCOLAR |
| 534 | MARIA NEUMACI DOS SANTOS ALVES | EDUCADOR DE APOIO (a) |
| 1923 | MAYANA GOMES DE SOUZA | SUPERVISORA EDUCACIONAL |
| 1749 | MILENA GUIMARAES GOMES | CHEFE DE SUPERVISAO ESCOLAR |
| 1859 | NAICLEIDE NERI DE SOUZA | EDUCADOR DE APOIO (a) |
| 1841 | RAFAELA VIEIRA DE SOUSA | SUPERVISORA EDUCACIONAL |

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Santa Cruz(PE), em 07 de Agosto de 2020.

ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 155/2020-GP

EMENTA: Nomear os cargos em comissão que abaixo indica e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ, Estado de Pernambuco, Sra. ELIANE MARIA DA SILVA SOARES, no uso das

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ

CNPJ nº 24.301.475/0001-86
Av. 03 de Maio, nº 276. Centro
CEP 56.215-000
Tel.: (87) 3874-8186
e-mail: pmscpe@hotmail.com

ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
Prefeita

RILBERTO RODRIGUES COELHO
Vice-Prefeito

DAIANE DA SILVA TAVARES
Secretaria de Educação

ANA CÉLIA DA SILVA GOMES
Secretaria de Administração e Finanças

FRANCISCO TAVARES PEREIRA
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

UBIRATAN GUIMARÃES SOARES
Secretaria de Governo

RYVALDA RODRIGUES MACEDO
Secretaria de Saúde

FABRÍCIO MARQUES GUIMARÃES
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

ANTONIO JOSÉ BARROS CELESTINO
Secretaria de Cultura, Esportes e Juventude

CICERA LEONEIDE DOS SANTOS CANDIDO SILVA
Secretaria de Assistência Social



e-DOM – Diário Oficial Eletrônico Município de Santa Cruz - PE

Instituído pela Lei Municipal nº 441, de 07 de março de 2017.

Versão assinada digitalmente, conforme Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de AGOSTO de 2001.

Edição de nº 1.567, Ano 2020 – Quarta-feira, 09 de setembro de 2020.

suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal e da estrutura administrativa vigentes no Município.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR para o quadro de provimento em comissão da Prefeitura Municipal, nos respectivos cargos que ocupam os seguintes servidores.

JOSE CLEOMILTO ALVES DA SILVA JUNIOR SUPERVISOR DE
SERV. GERAIS SECR.MUN.SAÚDE
JOSE EUNICIO LOPES DA SILVA FILHO SUPERVISOR DE
SERV. GERAIS SECR.MUN.SAÚDE

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Santa Cruz(PE), em 07 de Agosto de 2020

ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 156/2020-GP

EMENTA: Nomear os cargos em comissão que abaixo indica e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ, Estado de Pernambuco, Sra. ELIANE MARIA DA SILVA SOARES, no uso das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal e da estrutura administrativa vigentes no Município.

RESOLVE:

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ

CNPJ nº 24.301.475/0001-86
Av. 03 de Maio, nº 276. Centro
CEP 56.215-000
Tel.: (87) 3874-8186
e-mail: pmscpe@hotmail.com

ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
Prefeita

RILBERTO RODRIGUES COELHO
Vice-Prefeito

Art. 1º - NOMEAR para o quadro de provimento em comissão da Prefeitura Municipal, os respectivos cargos que ocupam os seguintes servidores.

HERON DE SIQUEIRA SANTOS CHEFE DE DIVISÃO
SECR.MUN.SAÚDE
SANTANA RODRIGUES DA SILVA ALVES COORD. TEC. DE
ENFERMAGEM SECR.MUN.SAÚDE
NILBERTO RODRIGUES DE SOUZA CHEFE DE DIVISÃO
SECR.OBRAS E SERV. URBANOS
ADNALVA SOARES DE ALENCAR ASSESSOR ESPECIAL NA-1
SECR. ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Santa Cruz(PE), em 07 de Agosto de 2020

ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 172/2020 – GP

EMENTA: Concede aposentadoria Compulsória ao servidor que especifica, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DA SANTA CRUZ, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 54, da Lei Municipal nº 386, de 28 de agosto de 2014, e

CONSIDERANDO o teor do parecer exarado pela Assessoria Jurídica do Fundo Previdenciário de Santa Cruz;

DAIANE DA SILVA TAVARES
Secretaria de Educação

ANA CÉLIA DA SILVA GOMES
Secretaria de Administração e Finanças

FRANCISCO TAVARES PEREIRA
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

UBIRATAN GUIMARÃES SOARES
Secretaria de Governo

RYVALDA RODRIGUES MACEDO
Secretaria de Saúde

FABRÍCIO MARQUES GUIMARÃES
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

ANTONIO JOSÉ BARROS CELESTINO
Secretaria de Cultura, Esportes e Juventude

CICERA LEONEIDE DOS SANTOS CANDIDO SILVA
Secretaria de Assistência Social



e-DOM – Diário Oficial Eletrônico Município de Santa Cruz - PE

Instituído pela Lei Municipal nº 441, de 07 de março de 2017.

Versão assinada digitalmente, conforme Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de AGOSTO de 2001.

Edição de nº 1.567, Ano 2020 – Quarta-feira, 09 de setembro de 2020.

CONSIDERANDO as normas contidas no art. 40, §1º, II, da Constituição Federal de 1988 dada pela Ementa Constitucional nº 41/2003.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida **APOSENTADORIA COMPULSÓRIA**, com proventos proporcionais ao servidor público municipal, Sr. **ANTONIO RODRIGUES DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade nº 5712905 SSP – PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 038.407.974-11, titular no Cargo efetivo de GARI, matrícula 331, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, conforme dispõe o art. 40, §1º, II, da Constituição da República de 1988, com redação dada pela Ementa Constitucional nº 41/2003.

Art. 2º - Esta portaria estará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário. Com efeitos retroativos a 18 de novembro de 2011, data em que completou 70 anos.

Registre-se, Publique – se, Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DE SANTA CRUZ, EM 04 DE SETEMBRO DE 2020.

ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº174/2020 – GP

EMENTA: Concede Pensão por Morte aos dependentes de servidor efetivos abaixo identificados, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DA SANTA CRUZ, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 29 da Lei Municipal nº 386, de 28 de agosto de 2014, e.

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ

CNPJ nº 24.301.475/0001-86
Av. 03 de Maio, nº 276. Centro
CEP 56.215-000
Tel.: (87) 3874-8186
e-mail: pmscpe@hotmail.com

ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
Prefeita

RILBERTO RODRIGUES COELHO
Vice-Prefeito

CONSIDERANDO o teor do parecer exarado pela Assessoria Jurídica do Fundo Previdenciário de Santa Cruz;

CONSIDERANDO as normas contidas no art. 40, § 7º, II da Constituição Federal de 1998, art. 3º, da Emenda Constituição nº41/2003.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Pensão por Morte em favor dos dependentes menores **GABRIEL PEREIRA TORRES** portador do CPF: 115.041.714-54, nascido em 03 (três) de abril de 2010; e **ANA CLARA PEREIRA TORRES** portadora do CPF: 171.926.724-32, nascida em 15 (quinze) de novembro de 2012, até atingirem a idade de 21 (vinte e um) anos, tendo em vista o falecimento do servidor **FELIPE DE VECCHIO TORRES**, portador do RG nº 62.101.620-2 SSP/SP, inscrito no CPF: 007.653.434-01, que ocupou o cargo de **VIGILANTE**, matrícula 441-1, falecido em 05/05/2020, conforme dispõe nos termos do artigo 40, § 7º, II, da Constituição Federal, com redação que lhe foi dada pela emenda nº 41/2003 da CF/88 c/c art. 8º, I, e art. 29 e 30 da Lei Municipal nº 386/2014.

Art. 2º - Esta portaria estará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, com efeitos financeiros retroativos a 05 de maio de 2020.

Art. 3º- Fica revogada a portaria nº 153 de 07 de agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 04 de setembro de 2020

ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
Prefeita

DAIANE DA SILVA TAVARES
Secretaria de Educação

ANA CÉLIA DA SILVA GOMES
Secretaria de Administração e Finanças

FRANCISCO TAVARES PEREIRA
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

UBIRATAN GUIMARÃES SOARES
Secretaria de Governo

RYVALDA RODRIGUES MACEDO
Secretaria de Saúde

FABRÍCIO MARQUES GUIMARÃES
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

ANTONIO JOSÉ BARROS CELESTINO
Secretaria de Cultura, Esportes e Juventude

CICERA LEONEIDE DOS SANTOS CANDIDO SILVA
Secretaria de Assistência Social



e-DOM – Diário Oficial Eletrônico Município de Santa Cruz - PE

Instituído pela Lei Municipal nº 441, de 07 de março de 2017.

Versão assinada digitalmente, conforme Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de AGOSTO de 2001.

Edição de nº 1.567, Ano 2020 – Quarta-feira, 09 de setembro de 2020.

PORTARIA Nº 175/2020 – GP

EMENTA: Concede a aposentadoria por Tempo de Contribuição com proventos integrais á servidora que especifica, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DA SANTA CRUZ, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 54, da Lei Municipal nº 386, de 28 de agosto de 2014, e

CONSIDERANDO o teor do parecer exarado pela Assessoria Jurídica do Fundo Previdenciário de Santa Cruz;

CONSIDERANDO as normas contidas no art. 40, §1º, III, 'alínea 'a'', da Constituição Federal de 1998 dada pela Ementa Constitucional nº 41/2003.

CONSIDERANDO as inconsistências do relatório de auditoria pelo E-CAP; invalidando a Portaria nº. 250, de 25 de novembro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, com proventos integrais ao tempo de contribuição, a servidora publica municipal Sr.^a **MARIA GORETE EVARISTO ALENCAR**, portadora da Cédula de Identidade nº 2822322 SDS – PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 404.666.804-06, titular no Cargo efetivo de Auxiliar de Serviço Administrativo, sigla (ASA), matrícula 376, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, conforme dispõe o art. 40, § 1º, III, alínea "a", da Constituição da República de 1988, com redação dada pela Ementa Constitucional nº 41/2003.

Art. 2º - Os proventos da aposentaria ora concedida serão reajustados na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do regime geral de previdência social, conforme determinação contida no art. 15 da Lei Federal nº 10.887/2004.

Art. 3º - Revogada a disposição em contrario, está portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros as portarias nº. 163/2018, de 06 de Setembro de 2018.

Art. 4º- Fica revogada a portaria nº 250 de 25 de novembro de 2019.

Registre-se, Publique – se, Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DE SANTA CRUZ, EM 04 DE SETEMBRO DE 2020.

ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
Prefeita

PORTARIA Nº 177/2020 GP.

EMENTA: Concede aposentadoria especial de Professor (a), a servidora que especifica, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº. 386, de 28 de agosto de 2014, e:

Considerando o requerimento de aposentadoria formulado pela interessada;

Considerando o parecer exarado pela assessoria jurídica do Fundo Previdenciário de Santa Cruz - FUNPRESC;

Considerando as normas contidas no art. 40, §1º, III, "a", da Constituição Federal com redação dada pela Ementa Constitucional nº 41/2003. Resolve;

Considerando a fundamentação incorreta pelo ECAP, Retificamos a Portaria Nº 242 de 07 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ

CNPJ nº 24.301.475/0001-86
Av. 03 de Maio, nº 276. Centro
CEP 56.215-000
Tel.: (87) 3874-8186
e-mail: pmscpe@hotmail.com

ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
Prefeita

RILBERTO RODRIGUES COELHO
Vice-Prefeito

DAIANE DA SILVA TAVARES
Secretaria de Educação

ANA CÉLIA DA SILVA GOMES
Secretaria de Administração e Finanças

FRANCISCO TAVARES PEREIRA
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

UBIRATAN GUIMARÃES SOARES
Secretaria de Governo

RYVALDA RODRIGUES MACEDO
Secretaria de Saúde

FABRÍCIO MARQUES GUIMARÃES
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

ANTONIO JOSÉ BARROS CELESTINO
Secretaria de Cultura, Esportes e Juventude

CICERA LEONEIDE DOS SANTOS CANDIDO SILVA
Secretaria de Assistência Social



e-DOM – Diário Oficial Eletrônico Município de Santa Cruz - PE

Instituído pela Lei Municipal nº 441, de 07 de março de 2017.

Versão assinada digitalmente, conforme Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de AGOSTO de 2001.

Edição de nº 1.567, Ano 2020 – Quarta-feira, 09 de setembro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, Aposentadoria Especial de Professor (a), com proventos integrais, à servidora pública municipal, a Sr (a). **MARIA IVANEIDE LEITE DO AMARAL**, portadora do RG nº. 10.977.686 SDS/PE, inscrita no CPF/MF sob o nº 910.212.947-72, titular do cargo de Professor(a) I, (magistério) 150 H/A, Matriz (PG) Classe (V), matrícula nº 197, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme dispõe o artigo 40, § 1º, inciso III, 'a', c/c § 5º desse mesmo artigo da Constituição Federal, com redação dada pela EC 41/2003, c/c o artigo 21, incisos I a IV, da Lei Municipal nº 386, de 28 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta portaria estará em vigor na data de sua publicação, tornando sem efeitos a portaria nº 242 de 07 de novembro de 2019, revogando as disposições em contrário. Com efeitos financeiros retroativos a 01 de novembro de 2019.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ-PE,
EM 04 DE SETEMBRO DE 2020.

ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
Prefeita

PORTARIA Nº 176/2020- GP.

EMENTA: Concede aposentadoria especial de Professor (a), a servidora que especifica, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº. 386, de 28 de agosto de 2014, e:

Considerando o requerimento de aposentadoria formulado pela interessada;

Considerando o parecer exarado pela assessoria jurídica do Fundo Previdenciário de Santa Cruz - FUNPRESC;

Considerando as normas contidas no art. 40, §1º, III, "a", da Constituição Federal na Redação dada pela Ementa Constitucional nº 41/2003 e EC 47/2005. Resolve;

Considerando a fundamentação incorreta pelo ECAP,. Retificamos a Portaria de Nº 068 de 17 de fevereiro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Aposentadoria Especial de Professor (a), com proventos integrais, à servidora pública municipal, a Sr (a). **MARLENE MONTEIRO COELHO SOUZA**, portador do RG nº. 5.512.681 SDS/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 774.903.204-53, titular do cargo de Professor I, (magistério) 150 H/A, Matriz (NM) Classe (V), matrícula nº 56, lotada na Secretaria de Municipal de Educação, conforme dispõe o artigo 40, § 1º, inciso III, alínea 'a', c/c § 5º desse mesmo artigo da Constituição Federal, com base no art. 6º da EC 41/2003 c/c art. 2º da EC 47/2005 c/c o artigo 21, incisos I a IV, da Lei Municipal nº 386, de 28 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta portaria estará em vigor na data de sua publicação, tornando sem efeitos a portaria Nº 068 de 17 de fevereiro de 2020, revogando as disposições em contrário. Com efeitos retroativos a 11 de Novembro de 2019.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ-PE,
EM 04 DE SETEMBRO DE 2020.

ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
Prefeita

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ

CNPJ nº 24.301.475/0001-86
Av. 03 de Maio, nº 276. Centro
CEP 56.215-000
Tel.: (87) 3874-8186
e-mail: pmscpe@hotmail.com

ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
Prefeita

RILBERTO RODRIGUES COELHO
Vice-Prefeito

DAIANE DA SILVA TAVARES
Secretaria de Educação

ANA CÉLIA DA SILVA GOMES
Secretaria de Administração e Finanças

FRANCISCO TAVARES PEREIRA
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

UBIRATAN GUIMARÃES SOARES
Secretaria de Governo

RYVALDA RODRIGUES MACEDO
Secretaria de Saúde

FABRÍCIO MARQUES GUIMARÃES
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

ANTONIO JOSÉ BARROS CELESTINO
Secretaria de Cultura, Esportes e Juventude

CICERA LEONEIDE DOS SANTOS CANDIDO SILVA
Secretaria de Assistência Social



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

LEI MUNICIPAL Nº 494, de 1º de setembro de 2020.

Ementa: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ, ESTADO DE PERNAMBUCO: Faço saber que a Câmara de Vereadores APROVOU, e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição, e na Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes orçamentárias do Município de Santa Cruz para o exercício de 2021, compreendendo:

- I - as metas e prioridades, metas fiscais e riscos fiscais da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- IV - as disposições para as transferências;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação e sua adequação orçamentária;
- VII - as disposições sobre a fiscalização pelo Poder Legislativo;
- VIII- as disposições relativas à dívida pública do Município;
- IX- a política de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento;
- X- as disposições sobre transparência fiscal; e
- XI - as disposições finais.

CAPÍTULO I

AS METAS E PRIORIDADES, METAS FISCAIS E RISCOS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Seção I

Das Prioridades e Metas

Art.2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2021, bem como a execução da respectiva Lei, deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário constante desta Lei.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2021, respeitadas as disposições constitucionais e legais, terão precedência na alocação



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ Nº 24.301.475/0001-86

de recursos na Lei do Orçamento Anual de 2021, bem como na sua execução, não se constituindo, entretanto, em limite à programação de despesas, observadas as seguintes diretrizes gerais:

I - aprimoramento dos investimentos na área da saúde, com ampliação da rede física, humanização dos serviços, promovendo a melhoria do atendimento da atenção básica;

II - ampliação do acesso à educação básica, melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, com ampliação e requalificação da rede física, atualização, aperfeiçoamento e qualificação de professores e diretores de escolas municipais, expansão de programas de saúde na escola e intensificação das ações conjuntas entre as outras políticas sociais do Município;

III - garantia da mobilidade e da acessibilidade no espaço urbano, expansão das intervenções em vias urbanas;

IV - melhoria das condições de segurança pública no Município, sobretudo em seus próprios espaços públicos e criação de uma rede municipal de prevenção social da violência;

V- estímulo ao desenvolvimento econômico do Município, com projetos de infraestrutura, otimização dos processos de licenciamento e regularização, possibilitando ambiente acolhedor ao empreendedor, expansão dos programas de qualificação de jovens, ampliação das perspectivas de turismo de lazer, cultura e negócios no Município;

VI - melhoria do acesso aos serviços públicos e à informação, elevando a qualidade do atendimento ao cidadão e aperfeiçoando o relacionamento com a população, valorização e aprimoramento do desempenho profissional dos servidores e empregados públicos municipais, por meio da melhoria nas condições de trabalho, da capacitação;

VII - fortalecimento da política habitacional de interesse social, por meio da ampliação de programas habitacionais, com viabilização de novas moradias, reassentamentos, melhorias urbanísticas e ambientais;

VIII - aprimoramento do processo do Orçamento Participativo para definição das prioridades de investimento, ampliação e aperfeiçoamento da participação da sociedade civil na gestão da cidade, melhoria da articulação das instâncias participativas e aumento da integração com os instrumentos de planejamento e gestão, garantindo a transparência, a justiça social e a excelência da gestão pública democrática, participativa e eficiente;

IX - promoção da recuperação e preservação ambiental, notadamente por meio de ações voltadas para a despoluição de cursos d'água, desenvolvimento urbano ordenado e melhoria das condições urbanísticas, ambientais e econômicas da cidade por meio da revitalização de espaços urbanos, garantia dos serviços de limpeza urbana e expansão dos serviços de coleta; garantia do ordenamento e a correta utilização do espaço urbano,



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

revitalização dos principais corredores viários e garantia dos serviços de manutenção necessários aos espaços públicos da cidade, melhoria da qualidade ambiental, da informação e das infraestruturas;

X - promoção, apoio e incentivo à formação cultural, ao acesso da população aos bens e atividades culturais de forma integrada às outras políticas sociais do Município, apoio às iniciativas de criação e produção artístico-culturais da sociedade, promoção de medidas de preservação dos marcos e espaços de referência simbólica e da história da cidade e recuperação e valorização do patrimônio cultural;

Art. 4º As prioridades e metas da administração pública municipal para o exercício de 2021 são as constantes do anexo I que integra esta Lei.

Seção II

Das Metas Fiscais

Art. 5º As Metas Fiscais, constantes do Anexo II que integra esta Lei, dispõe sobre as metas anuais, em valores constantes e correntes, de receitas e de despesas, os resultados nominal e primário, o montante da dívida pública, para o exercício de 2021 e para os dois seguintes, bem como a avaliação do cumprimento de metas referidas no § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, por meio dos demonstrativos abaixo:

I - demonstrativo I - metas anuais

II - demonstrativo II – avaliação do cumprimento das metas do exercício anterior;

III - demonstrativo III – metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

IV - demonstrativo IV – evolução do patrimônio líquido;

V - demonstrativo V – origem e aplicação dos recursos obtidos com alienação de ativos;

VI - demonstrativo VI – avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência social dos servidores públicos;

VII - demonstrativo VII - estimativa e compensação da renúncia de receita;

VIII - demonstrativo VIII - margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 1º No Anexo de Metas Fiscais, os demonstrativos descritos nos incisos I a VIII do caput estão estruturados de acordo com os critérios nacionalmente unificados pela Secretaria do Tesouro Nacional, nos termos do § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000, consoante manual de elaboração aprovado pela Portaria STN nº 637, de 18 de outubro de 2012, e instruídos com metodologia e memória de cálculo para metas anuais de receitas, despesas, resultado primário, resultado nominal e montante da dívida pública.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2021, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

2, com a finalidade de compatibilizar as despesas orçadas com a receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio orçamentário.

Art. 6º Durante o exercício será avaliado o cumprimento das metas fiscais em audiências públicas para cumprimento do disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000.

Seção III
Dos Riscos Fiscais

Art. 7º Os Riscos Fiscais, constantes do Anexo III que integra esta Lei, dispõe sobre a avaliação dos passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas e informa as providências a serem tomadas, caso os riscos se concretizem.

§1º Os recursos de reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, consoante inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000.

§2º Os orçamentos para o exercício de 2021 destinarão recursos para reserva de contingência, não inferiores a 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o referido exercício.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 8º. O projeto de lei orçamentária do Município de Santa Cruz, relativo ao exercício de 2021, deve assegurar os princípios de justiça, de controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento, na seguinte conformidade:

I - o princípio de justiça social implica assegurar, na elaboração e execução do orçamento, projetos e atividades que venham a reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões da cidade, bem como combater a exclusão social;

II - o princípio de controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento, devendo o Governo Municipal promover audiências públicas;

III - o princípio de transparência implica, além da observância ao princípio constitucional da publicidade, a utilização de todos os meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 9º. Na Lei Orçamentária de 2021, a despesa será discriminada por programas, órgãos executores, natureza da despesa e fontes de recursos.



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

§ 1º Os programas serão os seguintes:

- I - 1000 – Câmara Municipal;
- II - 1001 - Gestão Pública;
- III - 1002 – Previdência Social;
- IV - 1003 – Santa Cruz Mais Saudável;
- V - 1004 - Família Cidadã: Ações Sociais;
- VI - 1005 - Acesso à Educação Básica e Qualidade do Ensino;
- VII -1006 – Difusão Cultural, Esportiva e de Lazer;
- VIII - 1007 –Santa Cruz na Agricultura; e
- IX - 1008 - Santa Cruz Integrada.

§ 2º A despesa, quanto à sua natureza, segundo o art. 6º da Portaria Interministerial nº. 163, de 4 de maio de 2001 e alterações posteriores, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, far-se-á por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação e elemento de despesa.

§ 3º As fontes de recursos de que trata o “caput” deste artigo compreendem:

- I -Tesouro Livre - Administração Direta;
- II - Tesouro Livre - Administração Indireta;
- III-Tesouro - Vinculados pela Constituição - Educação - MDE;
- IV - Tesouro - Vinculados pela Constituição - Saúde;
- V - Vinculados por Lei;
- VI - Tesouro - Contrapartida;
- VII - Recursos Vinculados / Convênios e Contratos; e
- VIII - Operações de Crédito.

Art. 10. Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - subtítulo, o menor nível da categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;
- II - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional;
- III - órgão orçamentário, o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;
- IV - concedente, o órgão ou a entidade da administração pública municipal direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ Nº 24.301.475/0001-86

V - conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública federal direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais ou do Distrito Federal e as entidades privadas, com os quais a administração pública municipal pactue a execução de ações com transferência de recursos financeiros;

VI - produto, bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;

VII - unidade de medida, utilizada para quantificar e expressar as características do produto; e

VIII - meta física, quantidade estimada para o produto no exercício financeiro.

§ 1º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2021 e na respectiva Lei, bem como nos créditos adicionais, por programas, projetos, atividades ou operações especiais e respectivos subtítulos, com indicação, quando for o caso, do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 2º Ficam vedadas na especificação dos subtítulos:

I - alterações do produto e da finalidade da ação; e

II - referências a mais de uma localidade, área geográfica ou beneficiário, se determinados.

§ 3º A meta física deve ser indicada em nível de subtítulo e agregada segundo o respectivo projeto, atividade ou operação especial, devendo ser estabelecida em função do custo de cada unidade do produto e do montante de recursos alocados.

§ 4º As atividades que possuem a mesma finalidade devem ser classificadas sob um único código, independentemente da unidade executora.

§ 5º O projeto deve constar de uma única esfera orçamentária, sob um único programa.

§ 6º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental.

Art. 11. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes do Município e seus fundos, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada no Sistema Contabilidade Pública Integrado - SCPI.

Art.12. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, com suas categorias de programação detalhadas no menor nível, com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, o identificador de resultado primário, a modalidade de aplicação, o identificador de uso e a fonte de recursos.



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ Nº 24.301.475/0001-86

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é Fiscal (F) e da Seguridade Social (S).

§ 2º Os Grupos de Natureza de Despesa (GND) constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

- I - pessoal e encargos sociais (GND 1);
- II - juros e encargos da dívida (GND 2);
- III - outras despesas correntes (GND 3);
- IV - investimentos (GND 4);
- V - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas (GND 5); e
- VI - amortização da dívida (GND 6).

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista no art. 15, será classificada no GND 9.

§ 4º O identificador de Resultado Primário (RP) tem como finalidade auxiliar a apuração do superávit primário previsto no art. 2º, devendo constar no Projeto de Lei Orçamentária de 2021 e na respectiva Lei em todos os grupos de natureza de despesa.

§ 5º Nenhuma ação conterà, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias, ressalvada a Reserva de Contingência.

§ 6º A Modalidade de Aplicação (MA) destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, em decorrência de descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social;

II - indiretamente, mediante transferência, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas;

§ 7º A especificação da modalidade de que trata o § 7º observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - Transferências a Estados e ao Distrito Federal (MA 30);

II - Transferências a Municípios (MA 40);

III - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (MA 50);

IV - Aplicações Diretas (MA 90); e



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ Nº 24.301.475/0001-86

V - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (MA 91).

§ 8º O empenho da despesa não poderá ser realizado com modalidade de aplicação “a definir” (MA 99).

§ 9º É vedada a execução orçamentária de programação que utilize a designação “a definir” ou outra que não permita sua identificação precisa.

Art. 13 Todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes, vedando-se a consignação de crédito a título de transferência a outras unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

§ 1º Não caracteriza infringência ao disposto no **caput**, bem como à vedação contida no inciso VI do **caput** do art. 167 da Constituição, a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações pertencentes à unidade orçamentária descentralizadora.

§ 2º As operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, ressalvado o disposto no § 1º, serão executadas, obrigatoriamente, por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91.

Art. 14. O Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo, até o dia cinco de outubro, a proposta Orçamentária Anual do Município de Santa Cruz/PE (LOA) para o exercício seguinte, e compor-se-á de:

I. Mensagem;

II. Projeto de Lei Orçamentária Anual;

III. Tabelas explicativas, a que se refere o inciso III do artigo 22 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

IV - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo:

a) receitas, discriminadas por natureza, identificando as fontes de recursos correspondentes a cada cota-parte de natureza de receita, o orçamento a que pertence e a sua natureza financeira (F) ou primária (P), observado o disposto no art. 6º da Lei nº 4.320, de 1964; e

b) despesas, discriminadas na forma prevista no art. 7º e nos demais dispositivos pertinentes desta Lei;

V - Demonstrativos dos efeitos sobre as receitas e despesas decorrentes das isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;

VI - Relação de projetos e atividades constantes do projeto de lei orçamentária, com sua descrição e codificação, detalhados no mínimo por categoria econômica, pelo grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa.



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

VII - Anexo dispendo sobre as medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, de que trata o inciso II do artigo 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;

VIII - Anexo com demonstrativo da compatibilidade da programação dos respectivos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o inciso II do artigo 2º desta lei;

IX - Reserva de contingência, estabelecida na forma desta lei;

X - Demonstrativo com todas as despesas relativas à dívida pública;

§ 1º A mensagem de encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual conterà:

I. Avaliação das necessidades de financiamento do setor público municipal, explicitando receitas e despesas, bem como indicando os resultados primário e nominal;

II. Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa, observado, na previsão da receita, o disposto no artigo 12 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;

III. Demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme as disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

IV. Demonstrativo do cumprimento das disposições da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;

V. Justificativa para eventuais alterações em relação às determinações contidas nesta lei.

§ 2º Os quadros e tabelas da proposta orçamentária deverão ser encaminhados em suporte físico que permita o imediato processamento eletrônico dos dados, sem prejuízo da apresentação usual, devendo os Poderes Executivo e Legislativo prover os recursos necessários ao adequado processamento dessas informações.

§ 3º O Poder Executivo tornará disponíveis, por meio da Internet, cópia da proposta orçamentária, cópia da lei orçamentária e respectivos anexos, até 10 (dez) dias após sua publicação e relatório resumido da execução orçamentária até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre.

Art. 15. A Reserva de Contingência, observado o inciso III do **caput** do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, será constituída, exclusivamente, de recursos do Orçamento Fiscal, equivalendo no Projeto e na Lei Orçamentária de 2021 a, no mínimo, 1% (um por cento) e 0,5 (zero vírgula cinco por cento) da receita corrente líquida, respectivamente, sendo pelo menos metade da Reserva, no Projeto de Lei, considerada como despesa primária para efeito de apuração do resultado fiscal.

CAPÍTULO III
DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO
MUNICÍPIO



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ Nº 24.301.475/0001-86

Seção I Diretrizes Gerais

Art. 16. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2021 e em créditos adicionais, e a respectiva execução, deverão propiciar o controle dos valores transferidos e dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º O controle de custos de que trata o **caput** será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 2º O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

§ 3º Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 4º. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 5º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Art. 17. Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I - celebração, renovação e prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal;

II - ações de caráter sigiloso;

III - ações que não sejam de competência do Município, nos termos da Constituição;

IV - clubes e associações de agentes públicos, ou quaisquer outras entidades congêneres;

V - pagamento, a qualquer título, a agente público da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

VI - compra de títulos públicos por parte de entidades da administração pública federal indireta;

VII - pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com entidades de direito privado ou com órgãos ou entidades de direito público;

VIII - concessão, ainda que indireta, de qualquer benefício, vantagem ou parcela de natureza indenizatória a agentes públicos com a finalidade de atender despesas relacionadas a moradia, hospedagem, transporte ou atendimento de despesas com finalidade similar, seja sob a forma de auxílio, ajuda de custo ou qualquer outra denominação;

Art. 18. O Projeto e a Lei Orçamentária de 2021 e os créditos especiais, observado o disposto no art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal e atendido o disposto nos arts. 2º e 3º desta Lei, somente incluirão ações ou subtítulos novos se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contemplados:

a) as despesas mencionadas no art. 4º; e

b) os projetos e respectivos subtítulos em andamento;

II - os recursos alocados, no caso dos projetos, viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas de que trata o § 1º do art. 59; e

III - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual 2018-2021.

§ 1º Serão entendidos como projetos ou subtítulos de projetos em andamento aqueles, constantes ou não da proposta, cuja execução financeira, até 30 de junho de 2020, ultrapassar 20% (vinte por cento) do seu custo total estimado.

§ 2º Entre os projetos ou subtítulos de projetos em andamento, terão precedência na alocação de recursos àqueles que apresentarem maior percentual de execução física.

Art. 19. O Projeto de Lei Orçamentária de 2021 poderá considerar modificações constantes de projeto de lei do Plano Plurianual 2018-2021.

Seção II

Diretrizes Específicas para o Poder Legislativo

Art. 20. A Câmara Municipal encaminhará ao Poder Executivo, até 5 de setembro de 2020, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2021, observadas as disposições desta Lei.



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ Nº 24.301.475/0001-86

§ 1º A Câmara Municipal elaborará a sua proposta orçamentária na forma das suas diretrizes e objetivos, observando que o total da despesa, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 7% (sete inteiros por cento) do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizada no exercício de 2020.

§ 2º Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão feitos pela Prefeitura até o dia vinte de cada mês, nos termos art. 29-A da Constituição Federal.

§ 3º A remuneração dos servidores do Poder Legislativo não deverá ultrapassar o subsídio do Chefe do Poder Executivo, nos moldes do art. 37, XI, da Constituição Federal.

I - Na fixação dessa remuneração, a Câmara deverá observar, simultaneamente, o total das despesas do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, além dos percentuais incidentes sobre o somatório das receitas tributárias e das transferências efetivamente realizadas no exercício anterior, previstas nos art. 153, §5º, 158 e 159 da Constituição Federal.

II - a despesa com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder 6% da Receita Corrente Líquida do Município, conforme os art. 19 e 20 da LC 101/00.

III. Não será permitido à Câmara Municipal gastar mais de 70% de sua receita com folha de pagamento, incluindo os subsídios dos vereadores e proventos de inativos, nos termos do art. 29-A, §1º, da Constituição Federal.

§ 4º À Câmara de Vereadores enviará a Prefeitura cópia dos balancetes orçamentários, até o décimo dia útil do mês subsequente, para efeito de processamento consolidado e cumprimento das disposições do art. 74 da Constituição Federal, bem como propiciar a elaboração dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

§ 6º Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão feitos pela Prefeitura até o dia vinte de cada mês, nos termos art. 29-A da Constituição Federal.

Paragrafo único - O repasse dos recursos à Câmara de Vereadores, relativo ao mês de janeiro de 2021, poderá ser feito com base na mesma proporção utilizada no mês de dezembro de 2020, devendo ser ajustada, em fevereiro de 2021, eventual diferença que venha a ser conhecida, para mais ou para menos, quando todos os balanços estiverem publicados e calculados os valores exatos das fontes de receita do exercício anterior, que formam a base de cálculo estabelecida pelo art. 29-A da Constituição Federal para repasses de fundos ao Poder Legislativo.

Seção III
Dos Débitos Judiciais



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ Nº 24.301.475/0001-86

Art. 21. O orçamento para o exercício de 2021 consignará dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios, conforme discriminação constante nos §§ 1º, 1º-A, 2º e 3º do art. 100 da Constituição Federal, art. 87 do ADCT da Carta Magna e disposições da legislação específica.

§ 1º Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2020, serão obrigatoriamente incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2021, conforme determina a Constituição Federal.

§ 2º A contabilidade da Prefeitura registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguindo a ordem cronológica, devendo periodicamente oficiar aos Tribunais para conferir os registros.

§ 3º Para fins de acompanhamento, o Setor Jurídico do Município examinará todos os precatórios e instruirá os setores envolvidos.

Seção IV

Do Orçamento da Seguridade Social

Art. 22. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social:

I - da contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município;

III - do Orçamento Fiscal; e

III - das demais receitas, inclusive próprias e vinculadas e de fundos, cujas despesas integrem, exclusivamente, o orçamento referido no **caput**.

§ 1º As receitas de que trata o inciso III do **caput** deverão ser classificadas como receitas da seguridade social.

Seção VII

Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 23. Os créditos adicionais, especiais e suplementares, serão autorizados pela Câmara de Vereadores, por meio de Lei, e abertos por Decreto do Poder Executivo, podendo haver transposição de uma categoria econômica para outra, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e atualizações posteriores.



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

§1º Consideram-se recursos orçamentários para efeito de abertura de créditos adicionais, especiais e suplementares, autorizados na forma do caput deste artigo, desde que não comprometidos, os seguintes:

- I - superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - recursos provenientes de excesso de arrecadação;
- III - recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- IV - produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las, inclusive financiamentos com recursos provenientes do BNDES pelo PMAT, PNAFM e outros;
- V - recursos provenientes de transferências à conta de fundos, para aplicação em despesas a cargo do próprio fundo;
- VI - recursos provenientes de transferências voluntárias resultantes de convênios, ajustes e outros instrumentos para realização de obras ou ações específicas.

§ 2º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de adicional, conforme definido nos incisos I e II do art. 41 da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 3º Acompanharão os projetos de lei concernentes a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução de atividades, projetos, operações especiais e respectivos subtítulos e metas.

§ 4º As exposições de motivos às quais se refere o § 3º, relativas a projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados ao atendimento de despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual previsto nesta Lei.

§ 5º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2021, apresentadas de acordo com a classificação de que trata a alínea “a” do inciso IV do **caput** do art. 14, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 6º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I - superávit financeiro do exercício de 2020, por fonte de recursos;
- II - créditos reabertos no exercício de 2021;
- III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e
- IV - saldo do superávit financeiro do exercício de 2020, por fonte de recursos.

§ 7º Para fins do disposto no § 6º, será publicado, junto com o Relatório Resumido Orçamentária referente ao primeiro bimestre do exercício financeiro de



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

2021, demonstrativo do superávit financeiro de cada fonte de recursos, apurado no Balanço Patrimonial do Município do exercício de 2020.

§ 8º No caso de receitas vinculadas, o demonstrativo a que se refere o § 6º deverá identificar as respectivas unidades orçamentárias.

§ 9º No texto da lei orçamentária para o exercício de 2021 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de no mínimo trinta por cento do total dos orçamentos e autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

§ 10 Não se incluem no limite de suplementação previsto no § 9º as dotações do mesmo grupo, para atendimento das seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - pagamentos do sistema previdenciário;
- III - pagamento do serviço da dívida;
- IV - pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde e do Sistema Municipal de Ensino;
- V - transferências de fundos ao Poder Legislativo.

§ 11 As emendas feitas ao projeto de Lei Orçamentária e seus anexos, consideradas inconstitucionais ou contrárias ao interesse público poderão ser vetadas pelo Chefe do Poder Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, consoante disposições do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, que comunicará os motivos do veto dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Câmara.

§ 12 Não será objeto de emenda ao Projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2021, a supressão da autorização para abertura de créditos adicionais suplementares no percentual mínimo estabelecido no Projeto de Lei, bem como a autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

Art. 24. As propostas de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2021 serão submetidas a Prefeita, acompanhadas de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações, observado o disposto no § 4º do art. 23.

§1º Será através de Decreto a execução da autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de no mínimo trinta por cento do total da lei orçamentária para o exercício de 2021.

§2º Não se incluem no limite de suplementação definido em ato normativo do Poder Executivo as dotações do mesmo grupo, para atendimento das seguintes despesas:

- I – pessoal e encargos sociais;



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ Nº 24.301.475/0001-86

- II – pagamentos do sistema previdenciário;
- III – pagamento do serviço da dívida;
- IV – pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde – SUS e do Sistema municipal de Ensino;
- V – transferências de fundos ao Poder Legislativo.

Art. 25. Na abertura de crédito extraordinário, é vedada a criação de novo código e título para ação já existente.

Parágrafo Único. Os grupos de natureza de despesa decorrentes da abertura ou reabertura de créditos extraordinários durante o exercício, destinados, exclusivamente, ao atendimento de despesas relativas à calamidade pública, poderão ser alterados, justificadamente, por ato do Poder Executivo, para adequá-los à necessidade da execução.

Art. 26. Os Anexos dos créditos adicionais obedecerão à mesma formatação dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da Lei Orçamentária de 2021.

Art. 27. Os recursos alocados na Lei Orçamentária de 2021 para pagamento de precatórios somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos suplementares ou especiais para finalidades diversas mediante autorização da Câmara Municipal.

Art. 28. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no §2º do art. 167 da Constituição, será efetivada, se necessária, mediante ato próprio de cada Poder, até 15 de fevereiro de 2021, observado o disposto no art. 26.

Art. 29. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2021 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no § 1º do art. 10, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2021 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do Programa Gestão Pública.

Seção VIII **Da Limitação Orçamentária e Financeira**

Art. 30. Os Poderes do Município deverão elaborar e publicar por ato próprio, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2021, cronograma anual de desembolso



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ Nº 24.301.475/0001-86

mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, com vistas ao cumprimento da meta de superávit primário estabelecida nesta Lei.

§ 1º No caso do Poder Executivo, o ato referido no **caput** e os que o modificarem, conterão, em reais:

I - metas quadrimestrais para o superávit primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, demonstrando que a programação atende à meta estabelecida no art. 2º;

II - metas bimestrais de realização de receitas primárias, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal, discriminadas pelos principais tributos administrados pela Secretaria de Finanças do Município, as contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público, as concessões e permissões, as compensações financeiras, as receitas próprias e as demais receitas, identificando-se separadamente, quando cabível, as resultantes de medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal, da cobrança da dívida ativa e da cobrança administrativa;

III - cronograma de pagamentos mensais de despesas primárias à conta de recursos do Tesouro Municipal e de outras fontes, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, ou custeadas com receitas de doações e convênios, e, incluídos em demonstrativo à parte, os restos a pagar, distinguindo-se os processados dos não processados; e

§ 2º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo terá como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição, na forma de duodécimos.

Art. 31. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará mediante relatório, ao Poder Legislativo, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.

§ 1º O montante da limitação a ser promovida pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais classificadas como despesas primárias discricionárias, identificadas na Lei Orçamentária de 2021.

§ 2º Os Poderes do Município, com base na informação a que se refere o **caput**, editarão ato, até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 3º O restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira poderá ser efetuado a qualquer tempo, devendo o relatório a que se refere o **caput** ser divulgado na internet e encaminhado à Câmara Municipal.

Seção IX



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

Da Execução Provisória do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 32. Se o Projeto de Lei Orçamentária de 2021 não for sancionado pela Prefeitura até 31 de dezembro de 2020, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de:

- I - pagamento de estagiários e de contratações temporárias por excepcional interesse público na forma da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;
- II - dotações destinadas à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, classificadas na Lei Orçamentária.
- III – Pessoal e Encargos Sociais;
- IV – Serviço da dívida; e
- XII – despesas com apoio ao transporte escolar.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária de 2021 a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2021 na Câmara Municipal e da execução prevista neste artigo serão ajustados por decreto do Poder Executivo, após sanção da Lei Orçamentária de 2021, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante remanejamento de dotações, até o limite de 40% (quarenta por cento) da programação objeto de cancelamento, desde que não seja possível a reapropriação das despesas executadas.

§ 3º As programações não contempladas nos incisos do **caput** poderão ser executadas até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2021, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei.

CAPÍTULO IV
AS DISPOSIÇÕES PARA AS TRANSFERÊNCIAS
Seção I
Das Transferências para o Setor Privado
Subseção Única
Das Subvenções Sociais

Art. 33. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei nº 4.320, de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ Nº 24.301.475/0001-86

exercem atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, prestem atendimento direto ao público e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social, nos termos da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Parágrafo Único. A certificação de que trata o **caput** poderá ser:

I - substituída pelo pedido de renovação da certificação devidamente protocolizado e ainda pendente de análise junto ao órgão competente, nos termos da legislação vigente; ou

II - dispensada, desde que a entidade seja selecionada em processo público de ampla divulgação promovido pelo órgão ou entidade concedente para execução de ações, programas ou serviços em parceria com a administração pública federal, nas seguintes áreas:

- a) atenção à saúde aos povos indígenas;
- b) atenção às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas;
- c) combate à pobreza extrema;
- d) atendimento às pessoas com deficiência; e
- e) prevenção, promoção e atenção às pessoas com HIV - Vírus da Imunodeficiência humana, hepatites virais, tuberculose, hanseníase, malária e dengue.

Seção II
Disposições Gerais

Art. 34. Sem prejuízo das disposições contidas no art. 33 desta Lei, a transferência de recursos prevista na Lei nº 4.320, de 1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá da justificativa pelo órgão concedente de que a entidade complementa de forma adequada os serviços prestados diretamente pelo setor público e ainda de:

I - execução na modalidade de aplicação 50 - transferência à entidade privada sem fins lucrativos;

II - compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato do convênio ou instrumento congênere, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

III - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e nas condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;

IV - publicação, pelo Poder respectivo, de normas, a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

VI - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular nos últimos três anos, por meio da declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária, inclusive com inscrição no CNPJ, na forma definida pelo concedente;

VII - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

VIII - manutenção de escrituração contábil regular;

IX - apresentação pela entidade de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e à dívida ativa da União, certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e de regularidade em face do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN;

X - demonstração, por parte da entidade, de capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades; e

XI - manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica do órgão concedente sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria.

CAPÍTULO V

DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Seção I

Das Despesas de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 35. Os Poderes Executivo e Legislativo do Município terão como base de projeção do limite para elaboração de suas propostas orçamentárias de 2021, relativo a pessoal e



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ Nº 24.301.475/0001-86

encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em junho de 2020, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, ou outro limite que vier a ser estabelecido por legislação superveniente.

Art. 36. Os Poderes do Município disponibilizarão e manterão atualizada, nos respectivos sítios na internet, no portal “Transparência” ou similar, tabela, por órgão, com os quantitativos, por níveis e o total geral, de:

I - cargos efetivos vagos e ocupados por servidores estáveis e não estáveis e postos militares, agrupados por nível e denominação;

II - cargos em comissão e funções de confiança vagos e ocupados por servidores com e sem vínculo com a administração pública municipal, agrupados por nível e classificação; e

III - pessoal contratado por tempo determinado, observado a legislação vigente.

§ 1º A tabela a que se refere o **caput** obedecerá ao modelo a ser definido pelo Poder Executivo, em conjunto com o Poder Legislativo.

§ 2º Não serão considerados como cargos e funções vagos, para efeito deste artigo, as autorizações legais para a criação de cargos efetivos e em comissão e funções de confiança cuja efetividade esteja sujeita à implementação das condições de que trata o § 1º do art. 169 da Constituição.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei Orçamentária de 2021 dotações necessárias à contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público, nos casos estabelecidos em lei.

Art. 37. No exercício de 2021, observado o disposto no art. 169 da Constituição, somente poderão ser admitidos servidores se, cumulativamente:

I - existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 36;

II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e

III - for observado o limite previsto no art. 35.

Art. 38. Os projetos de lei relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de:

I - premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelece o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal;



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

II - simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta, destacando ativos, inativos e pensionistas;

§ 1º Os projetos de lei ou medidas provisórias previstos neste artigo, e as leis deles decorrentes, não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros anteriores à entrada em vigor ou à plena eficácia.

§ 2º Excetua-se do disposto neste artigo a transformação de cargos que, justificadamente, não implique aumento de despesa.

§ 3º Fica o Poder Público autorizado a criar cargos e admitir pessoal mediante concurso público de provas ou provas e títulos, e contratação temporária por excepcional interesse para atender as necessidades da administração direta, indireta e empresas públicas.

Art. 39. Para fins de atendimento ao disposto no inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as despesas com pessoal relativas à concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações a título, de civis ou militares, até o montante das quantidades e dos limites orçamentários constantes de anexo específico da Lei Orçamentária de 2021, cujos valores deverão constar da programação orçamentária e ser compatíveis com os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º O anexo a que se refere o **caput** conterà autorização somente quando amparada por proposição, cuja tramitação seja iniciada na Câmara Municipal até 31 de agosto de 2020, e terá os limites orçamentários correspondentes discriminados, por Poder e, quando for o caso, por órgão referido no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, com as respectivas:

I - quantificações para a criação de cargos, funções e empregos, identificando especificamente o projeto de Lei, ou a lei correspondente;

II - quantificações para o provimento de cargos, funções e empregos; e

III - especificações relativas a vantagens, aumentos de remuneração e alterações de estruturas de carreira, identificando o projeto de lei, ou a lei correspondente.

§ 2º O anexo de que trata o § 1º considerará, de forma segregada, provimento e criação de cargos, funções e empregos, indicará expressamente o crédito orçamentário que contenha a dotação dos valores autorizados em 2021 e será acompanhado dos valores relativos à despesa anualizada, facultada sua atualização.

Art. 40. Os atos de provimentos e vacâncias de cargos efetivos e comissionados, bem como de funções de confiança, no âmbito dos Poderes do Município, deverão ser, obrigatoriamente, publicados e disponibilizados nos sítios dos respectivos órgãos na internet.



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ Nº 24.301.475/0001-86

Parágrafo único. Na execução orçamentária, deverá ser evidenciada a despesa com cargos em comissão em subelemento específico.

Art. 41. Para fins de apuração da despesa com pessoal, prevista no art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser incluídas as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como as despesas com serviços de terceiros quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos.

§ 1º As despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado a que se refere o **caput**, quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos, deverão ser classificadas no GND 1, salvo disposição em contrário constante de legislação vigente.

§ 2º O disposto no § 1º do art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, não se constituindo em despesas classificáveis no GND 1.

CAPÍTULO VI

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO E SUA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Seção I

Disposições Gerais sobre Adequação Orçamentária das Alterações na Legislação

Art. 42. As proposições legislativas, que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa do Município, deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará, quando solicitados por Presidente da Câmara Municipal, prazo máximo de sessenta dias, o impacto orçamentário e financeiro relativo à proposição legislativa, na forma de estimativa da diminuição de receita ou do aumento de despesa, ou oferecerão os subsídios técnicos para realizá-la.

§ 2º A estimativa do impacto orçamentário-financeiro previsto neste artigo deverá ser elaborada ou homologada por órgão competente da Poder Executivo e acompanhada da respectiva memória de cálculo.

§ 3º A remissão à futura legislação, o parcelamento ou a postergação para exercícios financeiros futuros do impacto orçamentário-financeiro não elidem a necessária estimativa e correspondente compensação previstas no **caput**.



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ Nº 24.301.475/0001-86

§ 4º Será considerada incompatível a proposição que:

I - aumente despesa em matéria de iniciativa privativa; e

II - altere gastos com pessoal, nos termos do art. 169, § 1º, da Constituição, concedendo aumento que resulte em somatório das parcelas remuneratórias permanentes superior ao limite fixado no inciso XI do art. 37 da Constituição.

Seção II

Alterações na Legislação Tributária e das Demais Receitas

Art. 43. Somente será aprovado o projeto de lei que institua ou altere receita pública quando acompanhado da correspondente demonstração da estimativa do impacto na arrecadação, devidamente justificada.

§ 1º A criação ou alteração de tributos de natureza vinculada será acompanhada de demonstração, devidamente justificada, de sua necessidade para oferecimento dos serviços públicos ao contribuinte ou para exercício de poder de polícia sobre a atividade do sujeito passivo.

§ 2º As proposições que tratem de renúncia de receita, ainda que sujeitas a limites globais, devem ser acompanhadas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e correspondente compensação.

Art. 44. Na estimativa das receitas e na fixação das despesas do Projeto de Lei Orçamentária de 2021 e da respectiva Lei, poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições, que sejam objeto de proposta de emenda, de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º Se estimada a receita, na forma deste artigo, no Projeto de Lei Orçamentária de 2021:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a variação esperada na receita, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos; e

II - será identificada a despesa condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até sessenta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2021, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, nos trinta dias subsequentes

§ 3º O atendimento de programação cancelada nos termos do § 2º far-se-á por intermédio da abertura de crédito suplementar.



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ Nº 24.301.475/0001-86

§ 4º No texto da lei orçamentária para o exercício de 2021 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de no mínimo trinta por cento do total dos orçamentos e autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

Art. 45. Sem prejuízo do disposto no art. 44, as estimativas de receita constantes do Projeto de Lei Orçamentária e da respectiva Lei poderão considerar as desonerações fiscais que serão realizadas e produzirão efeitos no exercício de 2021.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A FISCALIZAÇÃO PELO PODER LEGISLATIVO

Seção Única
Da Publicidade na Elaboração e Aprovação dos Orçamentos

Art. 46. A elaboração e a aprovação dos Projetos da Lei Orçamentária de 2021 e de créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de acordo com os princípios da publicidade e da clareza, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 47. A Câmara Municipal poderá realizar audiências públicas com vistas a subsidiar as deliberações acerca do bloqueio ou desbloqueio de contratos e convênios com indícios de irregularidades graves.

CAPÍTULO VIII
AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 48. A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para pagamento da despesa com a dívida contratual e com o refinanciamento da dívida pública municipal, nos termos dos contratos firmados.

CAPÍTULO IX
A POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

Art. 49. Não compete ao Município de Santa Cruz estabelecer política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento.

CAPÍTULO X
DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ Nº 24.301.475/0001-86

Art. 50. Os Poderes do Município divulgarão e manterão atualizada, na página do órgão concedente na internet, relação das entidades privadas termos dos arts. 33 a 34, contendo, pelo menos:

- I - nome e CNPJ;
- II - nome, função e CPF dos dirigentes;
- III - área de atuação;
- IV - endereço da sede;
- V - data, objeto, valor e número do convênio ou instrumento congênere;
- VI - órgão transferidor; e
- VII - valores transferidos e respectivas datas.

Seção Única
Da Publicidade na Elaboração e Aprovação dos Orçamentos

Art. 51. A elaboração e a aprovação dos Projetos da Lei Orçamentária de 2021 e de créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de acordo com os princípios da publicidade e da clareza, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ Parágrafo Único. Serão divulgados na internet:

I - pelo Poder Executivo:

- a) as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- b) o Projeto de Lei Orçamentária de 2021, inclusive em versão simplificada, seus anexos e as informações complementares;
- c) a Lei Orçamentária de 2021 e seus anexos;
- d) os créditos adicionais e seus anexos;
- e) a execução orçamentária e financeira, inclusive de restos a pagar, com o detalhamento das ações e respectivos subtítulos, identificando a programação classificada com identificador de resultado primário;
- f) até o sexagésimo dia após a publicação da Lei Orçamentária de 2021, cadastro de ações contendo, no mínimo, o código, o título e a descrição de cada uma das ações constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que poderão ser atualizados, quando necessário, desde que as alterações não ampliem ou restrinjam a finalidade da ação, consubstanciada no seu título constante da referida Lei;



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

g) demonstrativo, atualizado mensalmente, de contratos, convênios, contratos de repasse ou termos de parceria referentes a projetos, discriminando as classificações funcional e por programas, a unidade orçamentária, a contratada ou o conveniente, o objeto e os prazos de execução, os valores e as datas das liberações de recursos efetuadas e a efetuar;

h) posição atualizada mensalmente dos limites para empenho e movimentação financeira por órgão do Poder Executivo; e

II - pelos Poderes, no sítio de cada Poder, o Relatório de Gestão, o Relatório e o Certificado de Auditoria, o Parecer do órgão de controle interno, em até trinta dias após seu envio ao Tribunal.

Art. 52. Para fins de realização da audiência pública prevista no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até três dias da audiência ou até o último dia dos meses de maio, setembro e fevereiro, o que ocorrer primeiro, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 53. A execução da Lei Orçamentária de 2021 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública municipal, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

§1º No texto da lei orçamentária para o exercício de 2021 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de no mínimo trinta por cento do total dos orçamentos e autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

§ 2º Não será objeto de emenda ao Projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2021, a supressão da autorização para abertura de créditos adicionais suplementares no percentual mínimo estabelecido no Projeto de Lei, bem como a autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

Art. 54. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

§ 1º A contabilidade registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no **caput**.

§ 2º Com vistas a assegurar o conhecimento da composição patrimonial a que se refere o art. 85 da Lei nº 4.320, de 1964, a contabilidade:

- I - reconhecerá o ativo referente aos créditos tributários e não tributários a receber; e
- II - segregará os restos a pagar não processados em exigíveis e não exigíveis.

Art. 55. Para os efeitos do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição;
- II - entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do **caput** do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993;
- III - na execução das despesas na ante vigência da Lei Orçamentária de 2021, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do respectivo Projeto de Lei; e
- IV - os valores constantes no Projeto de Lei Orçamentária de 2021 poderão ser utilizados para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 56. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública municipal, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 57. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, termos de parceria e outros instrumentos legais aplicáveis para formalização de participação em consórcios com outros municípios, bem como parcerias com organizações da sociedade civil de interesse público e organizações sociais, conforme Lei Municipal e demais disposições legais aplicáveis, inclusive observância da Resolução TC nº 020/2005, do TCE-PE.

Parágrafo Único: Os Programas, Projetos, Atividades e Ações constantes da Lei Orçamentária Anual poderão ser realizados através de Consórcios Públicos instituídos na forma da Legislação Federal específica.

Art. 58. Os dispositivos desta lei ficam submetidos, sobretudo em relação às despesas de pessoal, à compatibilidade com a LC 173/2020, não devendo infringir suas vedações.



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

Art.59. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz-PE, em 31 de Julho de 2020.

Eliane Maria da Silva Soares
Prefeita



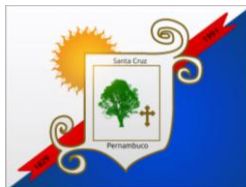
PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

ANEXO I

Prioridades e

Metas

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2021



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

ANEXO DE PRIORIDADES
ANEXO I

| AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2021 | |
|-------------------------------------|---|
| Nº da Ação | Função: 01 - Legislativa |
| 01.01 | AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PRÉDIO SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL; |
| 01.02 | AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA O PODER LEGISLATIVO; |
| 01.03 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA MESA DIRETORA DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL; |
| 01.04 | DISPÊNDIOS COM DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES; |
| 01.05 | DISPÊNDIO COM PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS; |
| 01.06 | REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES; |
| 01.07 | DESPESAS COM IDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES. |



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

ANEXO DE PRIORIDADES
ANEXO I

| AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2021 | |
|-------------------------------------|--|
| Nº da Ação | Função: 04 - Administração |
| 04.01 | Promover a articulação com as demais secretarias e o Gabinete da Prefeita, visando a exitosa execução das ações do governo |
| 04.02 | Representar institucionalmente a Chefe do Poder Executivo, objetivando consolidar e implementar as ações do governo devidamente articulado com os demais órgãos de gestão |
| 04.03 | Diagnosticar situações passíveis de intervenção da Administração Superior, para elidir pendências da administração não suscetíveis de solução a nível dos gestores das diversas secretarias municipais, fundos setoriais e demais órgãos afins |
| 04.04 | Elaborar relatórios de situações administrativas diversas |
| 04.05 | Orientar as ações dos demais secretários e gestores municipais, inclusive dos fundos setoriais, das administrações direta e indireta |
| 04.06 | Assessorar o Poder Executivo de forma geral |
| 04.07 | Garantir a realização de audiências públicas na elaboração das leis orçamentárias, anualmente |
| 04.08 | Instituir e Manter o projeto "Governo no Interior", onde o Poder Executivo realizará diversas ações e serviços na Zona Rural e na sede do município; |
| 04.09 | Outras ações não especificadas inerentes a sua área de atuação |
| 04.10 | Promover o equilíbrio das finanças do Município, mediante a manutenção das receitas e contenção das despesas, sem prejuízo dos serviços públicos essenciais oferecidos à população |
| 04.11 | Elaborar continuamente propostas e projetos para captação e transferências de recursos, ou financiamento por outros níveis de governos, bem como celebrar convênios, termos de adesão e de compromissos, com órgãos públicos e não governamentais, esses últimos sem fins lucrativos |
| 04.12 | Fomentar o equilíbrio da arrecadação local, revisar e atualizar as alíquotas para cada espécie de imposto, taxas e demais preços públicos, visando a ampliação da Receita Tributária própria |
| 04.13 | Instituir e manter o cadastro imobiliário e aperfeiçoar a estrutura para a sua arrecadação, inclusive elaborando plantas de valores |
| 04.14 | Coordenar de forma produtiva os programas e projetos previstos para serem executados no exercício |
| 04.15 | Promover programas de modernização dos serviços públicos desenvolvidos e oferecidos pelas diversas unidades orçamentárias, com ou sem gestão próprias |

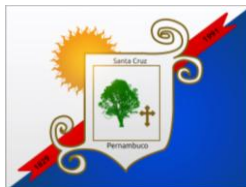


PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

| | |
|--------------|--|
| 04.16 | Oferecer treinamento do pessoal dos quadros de provimento efetivo, comissionado e contratados vinculados ao Poder Executivo |
| 04.17 | Orientar o Poder Executivo a, se necessário, convocar concurso público para suprir as necessidades de pessoal das demais unidades gestoras |
| 04.18 | Manter em funcionamento a Transparência Municipal, dando ampla publicidade aos atos da gestão |
| 04.19 | Informatizar os procedimentos administrativos em geral |
| 04.20 | Elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Físico e Territorial do Município, em parceria com a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos |
| 04.21 | Melhorar a infraestrutura das secretarias e demais órgãos municipais |
| 04.22 | Adquirir veículos para o Gabinete do Prefeito e para as secretarias municipais |
| 04.23 | Apoiar a instalação e desenvolvimento de pequenas empresas e estímulo ao empreendedor e microempreendedor, inclusive ao empreendedor individual, como forma de maior agregação de valor ao produto local, e criação de emprego e renda |
| 04.24 | Garantir o cumprimento de obrigações assumidas junto aos Governos Federal e Estadual, mormente aquelas relacionadas ao adimplemento de parcelamentos junto ao INSS, Fundo de Previdência Própria, e outros entes |
| 04.25 | Contratar, quando necessário, assessoria jurídica, contábil, e outras que garantam o êxito da administração |
| 04.26 | Outras ações não especificadas inerentes a sua área de atuação |

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2021

| Nº da Ação | Função: 09 – Previdência Social |
|-------------------|--|
| 09.01 | Manutenção do Regime Próprio de Previdência Social, prestar assistência previdenciária aos servidores ativos, inativos, pensionistas e dependentes. |
| 09.02 | Realização de cadastro anual de servidores inativos, objetivando a “prova de vida”. |
| 09.03 | Manutenção da junta médica para acompanhar os processos de afastamento temporário dos servidores por motivo de doença e os processos de aposentadoria por invalidez. |



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

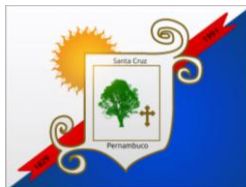
ANEXO DE PRIORIDADES
ANEXO I

| AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2021 | |
|-------------------------------------|--|
| Nº da Ação | Função: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL |
| 08.01 | Implantar casa de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco |
| 08.02 | Ampliar e manter casa de corte e costura, adquirindo equipamentos permanentes e profissionais capacitados para o manuseio das máquinas |
| 08.03 | Reforma e ampliação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos |
| 08.04 | Implantação da Casa do Artesão |
| 08.05 | Implantação de um projeto de acolhimento e recuperação de pessoas usuárias de drogas |
| 08.06 | Implantação e manutenção do Programa Criança Feliz |
| 08.07 | Implantação e manutenção do Projeto todos com luz |
| 08.08 | Implantação e manutenção do Projeto a verdura na mesa |
| 08.09 | Implantação e manutenção do Projeto bebê feliz |
| 08.10 | Implantação e manutenção do Projeto Mães Empreendedoras |
| 08.11 | Criar mecanismo para proteção às pessoas socialmente carentes, inclusive às crianças e o adolescente, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/92), conjugado: I – Políticas sociais básicas; II – Assistência social integral; III – Proteção especial; IV – Garantia de direitos individuais e coletivos; |
| 08.12 | Instituir e manter a Assistência Judiciária Municipal |
| 08.13 | Adquirir um veículo para o deslocamento dos conselheiros tutelares em visitas a zona rural e para audiência em eventos intermunicipais, quando necessário |
| 08.14 | Implantar e manter Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, do Fundo do Idoso |
| 08.15 | Dar cumprimento ao Plano Municipal de Assistência Social |
| 08.16 | Promover a manutenção dos programas de assistência já existentes |
| 08.17 | Reforçar os programas de assistência social, na prevenção de situações conflitivas e na promoção de soluções de auto-sustentação dos seguintes vulneráveis |
| 08.18 | Incentivar e fomentar o associativismo e cooperativismo e outras modalidades de organizações voltadas ao desenvolvimento econômico do município |
| 08.19 | Implantar programas locais de amparo aos idosos e portadores de necessidades especiais |
| 08.20 | Distribuir alimentos a seguimentos sociais carentes em situação de emergência ou de calamidade publica |



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

| | |
|--------------|---|
| 08.21 | Manter e ampliar o programa socioalimentar, a exemplo do programa Copo de Leite ou seu sucedâneo |
| 08.22 | Apoiar as ações do programa BPC na Escola |
| 08.23 | Dar continuidade a execução do Plano Municipal da Primeira Infância |
| 08.24 | Implementar as ações do Programa Pernambuco no Batente |
| 08.25 | Manter as ações do Programa Bolsa Família |
| 08.26 | Capacitar os membros do Conselho Municipal de Assistência Social |
| 08.27 | Construir, instalar e manter espaços físicos para o funcionamento de Programas Sociais Básicos como: CRAS/PAIF, Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos – SCFV/equipes do CRAS Volante; Bloco da Proteção Social Especial (CREAS); Bloco da Gestão do SUAS (IGD/SUAS), englobando ações de apoio a gestão do SUAS e Conselho Municipal de Assistência Social |
| 08.28 | Implementar outros programas da área da Assistência Social geral, que engloba demais programa de Assistência Social e ações no campo da logística administrativa, em parcerias com outras Secretarias Municipais afins e em convênios com outros níveis de governos; |
| 08.29 | Manter as ações do Programa IGD/Bolsa Família e Cadastro Único |
| 08.30 | Outras ações não especificadas inerentes a sua área de atuação |
| 08.31 | Implantar e executar o Fundo Municipal de Direitos do Idoso |
| 08.32 | Implantar e manter Centros de Convivência de Idosos |
| 08.33 | Manter o Centro de Convivência de idoso existente na sede do município |
| 08.34 | Implementar ações, em parceria com a sociedade civil, programas de apoio ao idoso |
| 08.35 | Implementar as metas e prioridades estabelecidas na III Conferência Municipal dos Direitos do Idoso de Santa Cruz |
| 08.36 | Outras ações previstas na Lei nº 406, de 02 de maio de 2015, e no Decreto nº 015, de 25 de maio de 2015 |
| 08.37 | Outras ações não especificadas inerentes a sua área de atuação |
| 08.37 | Ações de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus: COVID-19. |



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

ANEXO DE PRIORIDADES
ANEXO I

| AÇÕES PRIORITARIAS PARA 2021 | |
|-------------------------------------|---|
| Nº da Ação | Função: 10 - Saúde |
| 10.01 | Manter ações de Saúde Pública; |
| 10.02 | Ampliar os serviços de Vigilância em Saúde: vigilância sanitária, epidemiológica e saneamento básico para a população urbana e rural; |
| 10.03 | Programar as ações previstas no Código Sanitário Municipal; |
| 10.04 | Reformular o Plano Municipal de Saúde e programar as ações nele previstas; |
| 10.05 | Cumprir as metas e programação previstas no plano Municipal de Saúde; |
| 10.06 | Ofertar Educação Permanente para os profissionais da rede de atenção básica; |
| 10.07 | Aquisição e Distribuição de medicamentos através do centro de assistência farmacêutica nas UBS e demais programas; |
| 10.08 | Ofertar oficinas de atualização para ACs e ACE; |
| 10.09 | Melhorar o acesso das equipes para as UBS zona rural do município; |
| 10.08 | Ampliar os serviços Urgência/Emergência no Hospital Municipal João Rodrigues de Souza e Unidades Saúde da Família; |
| 10.09 | Construir, reformar, ampliar e manter as Unidades Básicas de Saúde e Hospital Municipal João Rodrigues de Souza; |
| 10.10 | Ampliar campanhas prevenção e promoção à saúde do município; |
| 10.11 | Manter, em convênio com o MS/FNS, o Núcleo de Apoio à Saúde da Família-NASF; |
| 10.12 | Implantar e manter Academia das Cidades, em convênio com o MS/FNS/SES |
| 10.13 | Apoiar a implantação do Programa SAMU a fim de agilizar o atendimento a população; |
| 10.14 | Manter e ampliar os serviços no Centro de Reabilitação Fisioterapêutico de Santa Cruz |
| 10.15 | Apoiar a população de baixa renda, em tratamento de saúde nas cidades pólos de Ouricuri, Araripina, Salgueiro, Petrolina e Recife; |
| 10.16 | Adquirir micro-onibus/van para o Programa de Tratamento de Saúde fora do Domicílio - TFD |
| 10.17 | Incentivar a celebração de convênios com hospitais especializados e/ ou garantir rede pública para acesso a |



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

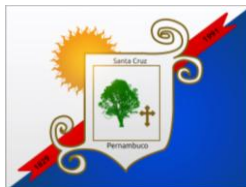
| | |
|--------------|--|
| | serviços pelos portadores de necessidades especiais, sobretudo os de baixa renda devidamente cadastradas; |
| 10.18 | Manter as Casas de Apoio nas cidades Recife e Petrolina; |
| 10.19 | Implantar e implementar o Projeto do Governo Federal "Olhar Brasil ou seu sucedaneo; |
| 10.20 | Ofertar armações e lentes óticas para população de baixa renda devidamente cadastradas pelas secretarias de Saúde e de Assistência Social e Cidadania |
| 10.21 | Implantar o Laboratório de Prótese Dentária no município; |
| 10.22 | Aquisição de veículos para transporte de equipes para UBS zona rural e urbana |
| 10.23 | Aquisição de Ambulâncias para pacientes de urgência/emergência |
| 10.24 | Implantar Aterro Sanitário do município, em parceria com as Secretarias de Agricultura, e de Obras e Serviços Urbanos |
| 10.25 | Fornecer exames clínicos de média complexidade para os pacientes, a partir de requisições médica dos profissionais lotados na Sistema Municipal de Saúde |
| 10.26 | Implantar serviços de consultas médicas especializadas, tais como: Ginecologia, Cardiologia, Oftalmologia, Pediatria, Urologia e Reumatologia |
| 10.27 | Ampliar as ações de atendimento rede odontológica |
| 10.28 | Ampliar serviços primordiais aos cuidados com: gestantes ,pacientes doenças crônicas e pacientes terminais |
| 10.29 | Contratar Neurologista |
| 10.30 | Contratar Oftalmologista |
| 10.31 | Adquirir transportes para as UBS da Zona Urbana |
| 10.32 | Implantar Consultórios Odontológicos em todas as UBS |
| 10.33 | Adquirir gerador elétrico para a Sala de Vacina da UBS Bulandeira |
| 10.34 | Adquirir transportes para o deslocamento de pacientes dos Distritos de Varzinha e Poço Dantas |
| 10.35 | Implantar centro de atividades para alcoólatras |
| 10.36 | Promover capacitação e fornecer fardamentos para os funcionários |
| 10.37 | Ampliar a oferta de atendimento do Dentista |
| 10.38 | Garantir atenção à população em situação de vulnerabilidade |
| 10.39 | Promoção da saúde, mediante práticas voltadas à alimentação saudável, tabagismo, trânsito, controle da obesidade e valorização do parto normal. |
| 10.40 | Ações de enfrentamento da emergência COVID-19. |



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

**ANEXO DE PRIORIDADES
ANEXO I**

| AÇÕES PRIORITARIAS PARA 2021 | |
|-------------------------------------|---|
| Nº da Ação | Função: 12 – Educação |
| 12.01 | Implementar e desenvolver ações para que as metas prevista no Plano Municipal de Educação, sejam cumpridas nos prazos previstos no Plano Nacional de Educação; |
| 12.02 | Ampliar a oferta de vagas na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, por meio do Fundeb e do emprego da alíquota de 25%(vinte e cinco por cento) mínimo dos recursos próprios constitucionalmente previstos; |
| 12.03 | Garantir padrões básicos de funcionamento para os estabelecimentos escolares de acordo com a lei vigente; |
| 12.04 | Construir, ampliar, reformar e equipar unidades escolares, incluindo creches, em convênios, contratos ou termos de parcerias e de adesão com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, e seus programas diversificados; |
| 12.05 | Promover a nucleação da rede física, de formas a facilitar o acesso da comunidade na rede municipal de ensino bem como diminuir as turmas multisseriadas; |
| 12.06 | Implantar um sistema municipal de avaliação externa e monitoramento dos dados educacionais; |
| 12.07 | Promover o desenvolvimento profissional dos servidores da educação básica de competência municipal; |
| 12.08 | Implantar uma assistência técnica para manter as multimídias atualizadas e ótimo estado de funcionamento; |
| 12.09 | Buscar parceria com o PROINFO/MEC, ou seus sucedâneos para modernizas as salas de multimídias; |
| 12.10 | Ampliando a frota com veículos próprios, adquiridos através de convênios, termos de parceria ou de adesão e outros instrumentos de pactuação pactuados com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC; |
| 12.11 | Adquirir e distribuir merenda escolar que atendam aos valores nutricionais necessários para o desenvolvimento do discente; |
| 12.12 | Implementar a aquisição de gêneros da agricultura familiar para o cardápio da merenda escolar; |



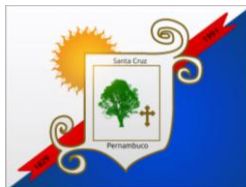
PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

| | |
|--------------|--|
| 12.13 | Apoiar os alunos da rede municipal de ensino, mediante suplementação alimentar, assistência médico-odontológica e outras ações sociais; |
| 12.14 | Participar e promover eventos culturais e esportivos entre as escolas da rede municipal, intermunicipal e estadual; |
| 12.15 | Apoiar os polos regionais de educação superior de caráter público ou autárquico, a fim de oferecer maiores oportunidades de formação ao alunado do Município, inclusive em cursos profissionalizantes; |
| 12.16 | Manter formação continua dos professores e técnicos de educação através de capacitação permanente por consultoria ou via termo de parceria; |
| 12.17 | Manter o abastecimento d'agua potável nas escolas através de cisternas, poços tubulares pequenas adutoras e outros meios; |
| 12.18 | Promover capacitação contínua dos Conselhos Escolares, Conselho do FUNDEB, Conselho Municipal de Alimentação Escolar e Conselho Municipal de Educação, através de fóruns, conferencias e comitês programados pelas redes municipal e estadual de Educação; |
| 12.19 | Adquirir parque infantil e brinquedoteca para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino; |
| 12.20 | Construir, ampliar e reformar quadras de esporte nas escolas de maior oferta de vagas, em convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; |
| 12.21 | Promover a contratação de profissionais de apoio as escolas (nutricionista, psicólogo, psicopedagogo e assistente social); |
| 12.22 | Ampliar os espaços escolares para a instalação de bibliotecas e laboratórios de informática; |
| 12.23 | Atualizar o Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores em Educação, visando a valorização destes profissionais; |
| 12.24 | Aderir ao Programa Novo Mais Educação – PME ou seu sucedâneo e manter uma equipe técnica e pedagógica para dar suporte ao programa; |
| 12.25 | Implementar e diversificar as ações do Programa PROINFANCIA ou seu sucedâneo; |
| 12.26 | Implementar as ações do Programa Saúde na Escola – PSE; |
| 12.27 | Aderir ao Programa Alfabetizar na Idade Certa –PNAIC e |



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

| | |
|--------------|--|
| | oferecer todos os recursos pedagógico, físico e humano para o sucesso do programa; |
| 12.28 | Implementar as ações do Programa PAR 3; |
| 12.29 | Oferecer condições adequadas para o desenvolvimento de ações do Programa ALFABETIZAR COM SUCESSO, ou seu sucedâneo, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação; |
| 12.30 | Reorganizar o atendimento pedagógico da rede de ensino , mantendo atendimento mensal e individualizados por instituição; |
| 12.31 | Promover formação continuada em serviço com o corpo docente por meio dos técnicos da Secretária de Educação; |
| 12.32 | Implementar projetos educativos na rede de ensino que utilize as mídias sociais visando a melhoria da aprendizagem dos alunos; |
| 12.33 | Outras ações não especificadas inerentes a sua área de atuação. |



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

| AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2021 | |
|-------------------------------------|---|
| Nº da Ação | Função: 13 – CULTURA |
| 13.01 | Democratizar o acesso à cultura, no que se refere aos meios de produção e espaços culturais, com incentivos as festas típicas e tradicionais do Município; |
| 13.02 | Garantir a participação do Município no patrocínio de despesas com eventos culturais (festejos, aniversário da cidade e demais datas comemorativas, inclusive com a realização das tradicionais Romarias da Venerada e das Comunidades), que se realizam anualmente, atraindo grande número de romeiros e turistas para a cidade; |
| 13.03 | Implantar e implementar políticas de preservação do meio ambiente; |
| 13.04 | Incentivar a criação de grupos artísticos e culturais locais; |
| 13.05 | Implantar e implementar o Programa PELC do âmbito do Ministério do Esporte; |
| 13.06 | Outras ações não especificadas, mas inerentes a sua área de atuação; |

| AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2021 | |
|-------------------------------------|---|
| Nº da Ação | Função: 23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS |
| 23.01 | Manter intercâmbio com entidades regionais, estaduais e nacionais com vistas a angariação de incentivos financeiros para a dinamização dos espaços turísticos e de lazer no Município; |
| 23.02 | Apoiar o Turismo Religioso, promovendo apoios e parcerias para realização de eventos tradicionais, como a Romaria das Fraternidades, o Natal das Comunidades, o Dia do Evangélico, etc; |
| 24.03 | Outras ações não especificadas inerentes a sua área de atuação. |



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2021

| Nº da Ação | Função: 27 – DESPORTO E LAZER |
|-------------------|---|
| 27.01 | Democratizar a prática do esporte na escola e interescolar; |
| 27.02 | Valorizar o esporte comunitário como fenômeno social de massa e de formação da cidadania; |
| 27.03 | Valorizar o esporte estudantil como formador do indivíduo-cidadão, apoiando as escolas na realização de jogos intra e interescolares e na formação de recursos humano; |
| 27.04 | Construir, reformar, instalar e equipar quadras de esportes, inclusive adquirir seus equipamentos; |
| 27.05 | Construir, reformar e manter ginásios poliesportivos; |
| 27.06 | Adquirir material esportivo para distribuição gratuita para incentivar o esporte amador, e prestar apoio às entidades patrocinadoras de atividades esportivas no Município, com o intuito de incentivar o espírito de coletividade e competição, necessárias a formação de atletas municipais nas diversas modalidades; |
| 27.07 | Construir, revitalizar e manter campos de futebol nos povoados e sítios; |
| 27.08 | Construir, equipar e manter parques recreativos (de feiras, vaquejadas e outros eventos); |
| 27.09 | Outras ações voltadas para o desenvolvimento das atividades esportivas (coletivas e individuais) de destaques e que venham bem representar a juventude e o esporte municipais; |
| 27.10 | Construir praças de eventos, na cidade e nos povoados; |
| 27.11 | Manter parcerias com os demais níveis de governos para a implantação de um museu na cidade; |
| 27.12 | Construir, pavimentar e urbanizar o acesso da cidade de Santa Cruz ao Morrinho da Venerada; |
| 27.13 | Construir, urbanizar, ajardinar e manter área de lazer tipo balneário em volta do açude situado na margem da PE-604, à jusante do açude do Governo, esquerda da entrada da Cidade; |
| 27.14 | Implantar, em parceria com a secretaria de Cultura Esportes e Juventude, um centro artesanal para a exposição e comercialização de artesanatos de barro, madeira, cerâmica e outros no Município. |



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

ANEXO DE PRIORIDADES
ANEXO I

| AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2021 | |
|-------------------------------------|--|
| Nº da Ação | Função: 15 – Urbanismo |
| 15.01 | Construir e manter aterros sanitários no Município ou em outro município, por meio de consorcio intermunicipal; |
| 15.02 | Expandir e melhorar a malha viária municipal com abertura, alargamento de vias e terraplanagem dessas; |
| 15.03 | Melhorar e ampliar os serviços de pavimentação, restauração e sinalização de vias, facilitando as condições de mobilidade nas ruas e avenidas do Município; |
| 15.04 | Manter e ampliar o serviço de coleta do lixo urbano e hospitalar, e implantar a coleta seletiva dos resíduos sólidos |
| 15.05 | Implantar o aterro sanitário para a deposição e confinamento do lixo; |
| 15.06 | Aquisição de terrenos para a municipalidade implantar o aterro sanitário; |
| 15.07 | Executar as ações previstas no Fundo de Desenvolvimento Municipal – FEM 2 e 3; |
| 15.08 | Adquirir veículos, máquinas e equipamentos para execução de serviços públicos municipais; |
| 15.09 | Firmar contrato/convenio ou termo de parceria com o CISAPE ou outros órgãos afins, para a disposição de resíduos sólidos em aterro sanitário regional; |
| 15.10 | Construir, instalar e manter abatedouros municipais; |
| 15.11 | Construção, instalar e manter matadouros públicos no Município; |
| 15.12 | Construção de mercados municipais; |
| 15.13 | Construção de abrigos de passageiros nas margens das rodovias que circundam o Município, especialmente no sentido Santa Cruz/Ouricuri, Santa Cruz/Santa Filomena e Santa Cruz/Petrolina; |
| 15.14 | Realizar estudo geológico e geotécnico para perfuração de poços tubulares; |
| 15.15 | Recuperação e manutenção dos poços existentes no município; |
| 15.16 | Construção e recuperação de passagens molhadas e sistema de drenagens nas estradas vicinais; |
| 15.17 | Buscar parceria para o uso de máquinas pesadas (caçambas, pás carregadeira, retroescavadeiras, rolos compactadores, motoniveladoras e trator de esteira); |
| 15.18 | Arborizar as vias urbanas como: avenidas, vilas, e praças da sede e dos povoados; |



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

| | |
|--------------|--|
| 15.19 | Adequar os prédios públicos e calçadas para dar condições de acesso às pessoas portadoras de necessidades especiais; |
| 15.20 | Construir, reestruturar e manter cemitérios públicos; |
| 15.21 | Ampliação e manutenção do edifício sede da Prefeitura e das secretarias municipais; |
| 15.22 | Construir e manter praças públicas na zona Rural e Urbana, da cidade e povoados; |
| 15.23 | Outras ações não especificadas inerentes a sua área de atuação. |

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2021

| Nº da Ação | Função: 16 – Habitação |
|-------------------|--|
| 16.01 | Construir casas populares destinadas a população de baixa renda, em parceria com os governos Federal e Estadual. |

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2021

| Nº da Ação | Função: 17 – Saneamento |
|-------------------|--|
| 17.01 | Implantar serviços de melhoria sanitária domiciliares; |
| 17.02 | Manter e aprimorar os serviços de abastecimento de água, coleta e deposição final de esgotos sanitários; |

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2021

| Nº da Ação | Função: 25 – Energia |
|-------------------|---|
| 25.01 | Agilizar a ampliação de eletrificação urbana e rural com os governos federal e estadual e empresas concessionárias de energia; |
| 25.02 | Implantar luminárias públicas nas vias urbanas e aglomerações residenciais no meio rural; |
| 25.03 | Buscar parceria com a ANATEL e operadoras de telefonia para aumentar a oferta de telefones públicos em todo o município. |
| 25.04 | Adquirir e manter equipamentos, tais como; viaturas tipo guincho, guindastes e outros, para a manutenção dos serviços de iluminação pública do Município. |

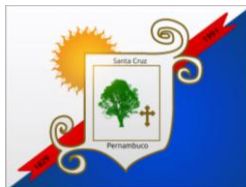


PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

**ANEXO DE PRIORIDADES
ANEXO I**

| AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2021 | |
|-------------------------------------|--|
| Nº da Ação | Função: 18 – Gestão Ambiental |
| 18.01 | Implantar ações de recuperação de áreas degradadas no interior do Município |
| 18.02 | Preservar o meio ambiente, através da prática seletiva e de confinamento de matérias plásticas, vidros, embalagens de defensivos agrícolas e outros de características não biodegradantes; |
| 18.03 | Construir aterros sanitários, próprio ou em parceria com outros municípios, ou consórcio intermunicipal (CISAPE), com a finalidade de defender o meio ambiente e habilitar o município junto à Área de Preservação Ambiente da Chapada do Araripe-APA, e órgãos afins dos Governos do Estado de Pernambuco Federal |
| 18.04 | Implantar aterros sanitário em parceria com as secretarias de Saúde, de Obras e Serviços Urbanos |
| 18.05 | Apoiar as ações a serem implementadas no Plano Municipal de Desenvolvimento de Resíduos Sólidos, em atendimento as ações previstas na Agenda 21 e RIO+20 |
| 18.06 | Implantações de Tecnologias Sociais de Proteção ao Meio Ambiente: Bioágua, Fossa séptica, Etc. |

| AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2021 | |
|-------------------------------------|--|
| Nº da Ação | Função: 20 – Agricultura |
| 20.01 | Dinamizar novas oportunidades agroindustriais, principalmente na apicultura, piscicultura, produção leiteira, cultivo da mandioca e caju cultura, sorgo, mamona, nas áreas de chapada |
| 20.02 | Oferecer assistência técnica e desenvolver trabalhos de extensão rural junto às unidades de produção agropecuária e às famílias do meio rural, bem como apoiar o desenvolvimento de projetos de outras esferas de governos nesta área |
| 20.03 | Apoiar as lavouras temporárias como irrigações, hortigranjeiros nas várzeas; pequenos animais pecuários, ovinos, bovinos, caprinos, suíno e asinino |
| 20.04 | Buscar parceria com SEBRAE, SESI, SENAI, SENAR, SENAT, IF SERTÃO e escolas técnicas Estaduais, para proporcionar cursos profissionalizantes pra as pessoas de baixa renda, especialmente os matriculados na educação básica das redes estadual e municipal de educação |



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

| | |
|--------------|---|
| 20.05 | Apoiar e incentivar os programas de comercialização, em parceria com a CONAB/PAA, incluindo feiras-livres, hortas escolares, caseiras e comunitárias |
| 20.06 | Adquirir instrumentos para equipar, reformar e ampliar a rede física de serviços públicos rurais |
| 20.07 | Incentivar a criação de bancos de sementes selecionadas das culturas regionais para a distribuição aos agricultores de base familiar na época apropriada do plantio |
| 20.08 | Apoiar o melhoramento genético dos rebanhos bovino, caprinos, e ovino, através de feiras e exposições anualizadas |
| 20.09 | Instituir e manter um banco genético de semén animal para o melhoramento dos rebanhos |
| 20.10 | Apoiar a criação de pequenas hortas familiares |
| 20.11 | Apoiar a regularização das propriedades rurais através do Instituto de terras de Pernambuco – ITERPE |
| 20.12 | Assistir os pequenos produtores com fornecimento de maquinas agrícola para o preparo da terra, bem assim sementes e defensivos agrícolas não poluentes |
| 20.13 | Construir açudes, barragens e barreiros na zona rural, públicos e comunitários |
| 20.14 | Perfurar e instalar poços tubulares e amazonas |
| 20.15 | Escavar cacimbas e construir cisternas em convenio e/ ou parceria com outros órgãos governamentais |
| 20.16 | Implementar as ações de abastecimento de água para os agricultores e criadores do meio rural |
| 20.17 | Garantir o aporte ao pagamento da contrapartida do Programa Garantia Safra. |
| 20.18 | Construir, instalar e manter matadouros públicos em convenio ou parceria com outros níveis de governos, inclusive com aquisição de equipamentos |
| 20.19 | Construir, ampliar e melhorar as estradas rurais para o deslocamento da produção rural |
| 20.20 | Apoiar ações sanitária defensivas para o rebanho animal, através de vacinação em massa em convenio com agencia de Defesa e Fiscalização Agropecuária-ADAGRO |
| 20.21 | Construir, instalar e manter galpões de silagens para os criadores da zona rural em parceria com outros órgãos governamentais, inclusive IPA; |
| 20.22 | Adquirir e manter máquinas ensilhadeiras para o preparo de silagens |
| 20.23 | Apoiar a manutenção do Programa Operação Seca, com a finalidade de habilitar/proprietário de caminhões pipa objetivando abastecer a população do meio rural |



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

| | |
|--------------|---|
| 20.23 | Desativar o depósito de resíduos sólidos a céu-aberto, em operacionalização no Município |
| 20.24 | Implantar galpão apropriado para realização de reciclagem do lixo urbano |
| 20.25 | Apoiar e manter os programas de inclusões sociais, a exemplo dos programas Garantia Safra, Bolsa Família e auxílios emergenciais diversos |
| 20.26 | Garantir o funcionamento do Matadouro Público Municipal, fiscalizando e dando suporte ao seu funcionamento, por meio da administração direta ou por meio de terceirização |
| 20.27 | Recuperação e instalação de poços artesianos com bomba elétrica submersa e cata vento |
| 20.28 | Apoio as Associações de Agricultores Familiares nos Programas PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) |
| 20.29 | Providenciar a instituição do Programa Agente de desenvolvimento Rural com Unidade Móvel (Medico Veterinário e ADR) |
| 20.30 | Instituir o Programa Água Doce |
| 20.31 | Instalar de dessalinizadores |
| 20.32 | Promover Assistência Técnica – Extensão Rural |
| 20.33 | Apoiar a agroecologia |
| 20.34 | Implantação de Biodigestores Familiares |
| 20.35 | Construções de 06 (seis) Barragens de Grande Porte |
| 20.36 | Construção de Tanques (Criadores) Para Piscicultura, Avicultura e Apicultura; |
| 20.37 | Aquisição de Móveis e Equipamentos Para Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente |
| 20.38 | Adquirir retroescavadeiras e outros equipamentos agrícolas |
| 20.39 | Adquirir Tratores de Pneus Com Equipamentos |
| 20.40 | Adquirir Trator de Esteira |
| 20.41 | Construção, Recuperação e Ampliação de Barragens, Poços (Barragem da Volta); |
| 20.42 | Realização de Feiras Agropecuárias |
| 20.43 | Implantação De Kits De Irrigação Para Produção De Frutas E Hortaliças |
| 20.44 | Garantir o eficiente funcionamento da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente |

ANEXO II

Metas Fiscais

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2021



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ Nº 24.301.475/0001-86

Parametros Iniciais

Município: Santa Cruz - PE
Ano da LDO: 2021

| VARIAVEIS | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|-------|-------|-------|
| PIB real (crescimento % anual) | 3,30 | 2,40 | 2,50 |
| Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual) | 4,40% | 5,60% | 6,00% |
| Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação | 3,60 | 3,50 | 3,50 |
| Projeção do PIB do Estado de Pernambuco - R\$*** | | | |

| Ano | Taxa de Crescimento do PIB real % *** | Valor em (R\$) | |
|------|---------------------------------------|-----------------|----------|
| | | Realizado | Previsto |
| 2019 | 1,90% | 205.000.000.000 | |
| 2020 | | | |
| 2021 | | | |
| 2022 | | | |
| 2023 | | | |

Fonte: Agência Condepe/Fidem

| | 2018 | 2019 | 2020* | 2021* | 2022* | 2023* |
|---------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| INDICES DE INFLAÇÃO | 3,75% | 4,31% | 3,40% | 3,60% | 3,50% | 3,50% |

* Inflação Média (% atual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo BACEN - Relatório FOCUS de 20/03/2020.

FONTE: Secretaria de Finanças

*** Até a data de elaboração deste anexo, a projeção do PIB estadual não havia sido divulgada.



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ Nº 24.301.475/0001-86

AMF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

Município de Santa Cruz - PE
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 METAS ANUAIS
 2021

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | 2021 | | | 2022 | | | 2023 | | |
|---|---------------|---------------|-----------|---------------|---------------|-----------|---------------|---------------|-----------|
| | Valor | Valor | % PIB | Valor | Valor | % PIB | Valor | Valor | % PIB |
| | Corrente | Constante | (a / PIB) | Corrente | Constante | (b / PIB) | Corrente | Constante | (c / PIB) |
| | (a) | | x 100 | (b) | | x 100 | (c) | | x 100 |
| Receita Total | 43.353.034,20 | 41.846.558,11 | #DIV/0! | 44.913.743,44 | 41.886.989,57 | #DIV/0! | 46.485.724,46 | 41.886.989,57 | #DIV/0! |
| Receitas Primárias (I) | 40.796.213,81 | 39.378.584,76 | #DIV/0! | 42.264.877,51 | 39.416.631,70 | #DIV/0! | 43.744.148,22 | 39.416.631,70 | #DIV/0! |
| Despesa Total | 43.353.034,20 | 41.846.558,11 | #DIV/0! | 44.913.743,44 | 41.886.989,57 | #DIV/0! | 46.485.724,46 | 41.886.989,57 | #DIV/0! |
| Despesas Primárias (II) | 40.580.760,92 | 39.170.618,65 | #DIV/0! | 42.041.668,32 | 39.208.464,66 | #DIV/0! | 43.513.126,71 | 39.208.464,66 | #DIV/0! |
| Resultado Primário (III) = (I – II) | 215.452,89 | 207.966,11 | #DIV/0! | 223.209,19 | 208.167,04 | #DIV/0! | 231.021,51 | 208.167,04 | #DIV/0! |
| Resultado Nominal | -785.249,56 | -757.962,90 | #DIV/0! | -783.182,25 | -730.403,31 | #DIV/0! | -640.903,68 | -577.500,43 | #DIV/0! |
| Dívida Pública Consolidada | 6.998.764,50 | 6.755.564,19 | #DIV/0! | 6.298.888,05 | 5.874.403,64 | #DIV/0! | 5.668.999,25 | 5.108.177,08 | #DIV/0! |
| Dívida Consolidada Líquida | 6.767.359,50 | 6.532.200,29 | #DIV/0! | 5.984.177,25 | 5.580.901,32 | #DIV/0! | 5.343.273,57 | 4.814.674,76 | #DIV/0! |
| Receitas Primárias advindas de PPP (IV) | | | | | | | | | |
| Despesas Primárias geradas por PPP (V) | | | | | | | | | |
| Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V) | | | | | | | | | |

FONTE: IBGE, CODEPE/FIDEM

Notas: O Cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico.

| VARIAVEIS | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|-------|-------|-------|
| PIB real (crescimento % anual) | 3,30 | 2,40 | 2,50 |
| Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual) | 4,40% | 5,60% | 6,00% |
| Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação | 3,60 | 3,50 | 3,50 |
| Projeção do PIB do Estado de Pernambuco R\$* | - | - | - |
| Índice para Deflação | 1,036 | 1,072 | 1,110 |

*Até a data de elaboração deste anexo, o PIB estadual não havia sido publicado.



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ Nº 24.301.475/0001-86

Município de Santa Cruz - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2021

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | Metas Previstas em 2019 (a) | % PIB | Metas Realizadas em 2019 (b) | % PIB | Variação | |
|-----------------------------------|--------------------------------------|---------|---------------------------------------|-------|----------------------|------------------|
| | | | | | Valor (c) = (b-a) | % (c/a) x 100 |
| Receita Total | 42.783.162,48 | #DIV/0! | 45.095.312,77 | 0,000 | 2.312.150,29 | 5,40 |
| Receitas Primárias (I) | 40.259.951,26 | #DIV/0! | 40.154.305,21 | 0,000 | -105.646,05 | -0,26 |
| Despesa Total | 42.783.162,48 | #DIV/0! | 38.498.860,92 | 0,000 | -4.284.301,56 | -10,01 |
| Despesas Primárias (II) | 40.047.330,48 | #DIV/0! | 35.539.211,75 | 0,000 | -4.508.118,73 | -11,26 |
| Resultado Primário (III) = (I-II) | 212.620,78 | #DIV/0! | 4.615.093,46 | 0,000 | 4.402.472,68 | 2070,57 |
| Resultado Nominal | -969.328,09 | #DIV/0! | -5.235.515,47 | 0,000 | -4.266.187,38 | 440,12 |
| Dívida Pública Consolidada | 8.640.450,00 | #DIV/0! | -357.878,53 | 0,000 | -8.998.328,53 | -104,14 |
| Dívida Consolidada Líquida | 8.424.992,28 | #DIV/0! | -13.201.255,92 | 0,000 | -21.626.248,20 | -256,69 |

FONTE: Secretaria de Finanças

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2019

| ESPECIFICAÇÃO | VALOR – R\$ |
|---|-----------------|
| Previsão do PIB Estadual para 2019 | 0 |
| Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2019 | 205.000.000.000 |

Fonte: AGÊNCIA Condepe/Fidem

*Até a data de elaboração deste anexo, a previsão do PIB estadual não havia sido publicada.



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ Nº 24.301.475/0001-86

Município de Santa Cruz - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2021

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CORRENTES | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------------------|---------------|--------|---------------|--------|---------------|--------|---------------|--------|---------------|--------|
| | 2018 | 2019 | % | 2020 | % | 2021 | % | 2022 | % | 2023 | % |
| Receita Total | 41.284.533,90 | 42.783.162,48 | 3,63 | 41.927.499,23 | -2,00 | 43.353.034,20 | 3,40 | 44.913.743,44 | 3,60 | 46.485.724,46 | 3,50 |
| Receitas Primárias (I) | 38.849.706,90 | 40.259.951,26 | 3,63 | 39.454.752,23 | -2,00 | 40.796.213,81 | 3,40 | 42.264.877,51 | 3,60 | 43.744.148,22 | 3,50 |
| Despesa Total | 41.284.533,90 | 42.783.162,48 | 3,63 | 41.927.499,23 | -2,00 | 43.353.034,20 | 3,40 | 44.913.743,44 | 3,60 | 46.485.724,46 | 3,50 |
| Despesas Primárias (II) | 38.644.533,90 | 40.047.330,48 | 3,63 | 39.246.383,87 | -2,00 | 40.580.760,92 | 3,40 | 42.041.668,32 | 3,60 | 43.513.126,71 | 3,50 |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | 205.173,00 | 212.620,78 | 3,63 | 208.368,36 | -2,00 | 215.452,89 | 3,40 | 223.209,19 | 3,60 | 231.021,51 | 3,50 |
| Resultado Nominal | -8.878,55 | -969.328,09 | ##### | -872.383,22 | -10,00 | -785.249,56 | -9,99 | -783.182,25 | -0,26 | -640.903,68 | -18,17 |
| Dívida Pública Consolidada | 9.600.500,00 | 8.640.450,00 | -10,00 | 7.776.405,00 | -10,00 | 6.998.764,50 | -10,00 | 6.298.888,05 | -10,00 | 5.668.999,25 | -10,00 |
| Dívida Consolidada Líquida | 9.394.320,37 | 8.424.992,28 | -10,32 | 7.552.609,06 | -10,35 | 6.767.359,50 | -10,40 | 5.984.177,25 | -11,57 | 5.343.273,57 | -10,71 |

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CONSTANTES | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|-----------------------------|---------------|--------|---------------|--------|---------------|--------|---------------|--------|---------------|--------|
| | 2018 | 2019 | % | 2020 | % | 2021 | % | 2022 | % | 2023 | % |
| Receita Total | 44.678.793,46 | 44.627.116,78 | -0,12 | 41.927.499,23 | -6,05 | 41.846.558,11 | -0,19 | 41.886.989,57 | 0,10 | 41.886.989,57 | 0,00 |
| Receitas Primárias (I) | 42.043.784,11 | 41.995.155,16 | -0,12 | 39.454.752,23 | -6,05 | 39.378.584,76 | -0,19 | 39.416.631,70 | 0,10 | 39.416.631,70 | 0,00 |
| Despesa Total | 44.678.793,46 | 44.627.116,78 | -0,12 | 41.927.499,23 | -6,05 | 41.846.558,11 | -0,19 | 41.886.989,57 | 0,10 | 41.886.989,57 | 0,00 |
| Despesas Primárias (II) | 41.821.742,56 | 41.773.370,42 | -0,12 | 39.246.383,87 | -6,05 | 39.170.618,65 | -0,19 | 39.208.464,66 | 0,10 | 39.208.464,66 | 0,00 |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | 222.041,55 | 221.784,74 | -0,12 | 208.368,36 | -6,05 | 207.966,11 | -0,19 | 208.167,04 | 0,10 | 208.167,04 | 0,00 |
| Resultado Nominal | -9.608,51 | -1.011.106,13 | ##### | -872.383,22 | -13,72 | -757.962,90 | -13,12 | -730.403,31 | -3,64 | -577.500,43 | -20,93 |
| Dívida Pública Consolidada | 10.389.817,11 | 9.012.853,40 | -13,25 | 7.776.405,00 | -13,72 | 6.755.564,19 | -13,13 | 5.874.403,64 | -13,04 | 5.108.177,08 | -13,04 |
| Dívida Consolidada Líquida | 10.166.686,16 | 8.788.109,45 | -13,56 | 7.552.609,06 | -14,06 | 6.532.200,29 | -13,51 | 5.580.901,32 | -14,56 | 4.814.674,76 | -13,73 |

FONTE: Secretaria de Finanças

Nota: Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

| | 2018 | 2019 | 2020* | 2021* | 2022* | 2023* |
|----------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| INDICES DE INFLAÇÃO | 3,75% | 4,31% | 3,40% | 3,60% | 3,50% | 3,50% |
| % Aplicação p/ valores Correntes | 1,082 | 1,043 | - | 1,036 | 1,072 | 1,110 |

* Inflação Média (% atual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo BACEN - Relatório FOCUS de 20/03/2020.



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ Nº 24.301.475/0001-86

Município de Santa Cruz - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2021

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2019 | % | 2018 | % | 2017 | % |
|---------------------------|----------------------|----------------|----------------------|----------------|----------------------|----------------|
| Patrimônio/Capital | 51.441,78 | 0,19% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| Reservas | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| Resultado Acumulado | 27.213.725,86 | 99,81% | 22.180.779,83 | 100,00% | 36.719.760,63 | 100,00% |
| TOTAL | 27.265.167,64 | 100,00% | 22.180.779,83 | 100,00% | 36.719.760,63 | 100,00% |

REGIME PREVIDENCIÁRIO

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2019 | % | 2018 | % | 2017 | % |
|--------------------------------|----------------------|----------------|--------------------|----------------|----------------------|----------------|
| Patrimônio | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| Reservas | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | -1.114.943,74 | 100,00% | -981.008,37 | 100,00% | 10.386.076,13 | 100,00% |
| TOTAL | -1.114.943,74 | 100,00% | -981.008,37 | 100,00% | 10.386.076,13 | 100,00% |

FONTE: Secretaria de Finanças



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ Nº 24.301.475/0001-86

Município de Santa Cruz - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2021

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

| <u>RECEITAS REALIZADAS</u> | 2019 (a) | 2018 (b) | 2017 (c) |
|--|--------------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|
| RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens Móveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens Imóveis | | | |
| <u>DESPESAS EXECUTADAS</u> | 2019 (d) | 2018 (e) | 2017 (f) |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inversões Financeiras | | | |
| Amortização da Dívida | | | |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Geral de Previdência Social | | | |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores | | | |
| <u>SALDO FINANCEIRO</u> | 2019 (g) = ((Ia - II d) + | 2018 (h) = ((Ib - II e) + | 2017 (i) = (Ic - II f) |
| VALOR (III) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE: Secretaria de Finanças

Nota :



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

Município de Santa Cruz - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

| RECEITAS | 2017 | 2018 | 2019 |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 2.214.606,67 | 1.236.283,81 | 1.142.921,91 |
| RECEITAS CORRENTES | 2.214.606,67 | 1.236.283,81 | 1.142.921,91 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 1.112.560,19 | 1.236.283,81 | 1.142.921,91 |
| Pessoal Civil | 1.112.560,19 | 1.236.283,81 | 1.142.921,91 |
| Pessoal Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Contribuições | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 1.102.046,48 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 1.236.470,06 | 3.290.057,48 | 4.840.347,65 |
| RECEITAS CORRENTES | 1.236.470,06 | 3.290.057,48 | 4.840.347,65 |
| Receita de Contribuições | 1.189.175,23 | 2.154.785,02 | 3.042.910,01 |
| Patronal | 707.106,92 | 2.154.785,02 | 3.042.910,01 |
| Pessoal Civil | 707.106,92 | 2.154.785,02 | 3.042.910,01 |
| Pessoal Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cobertura de Déficit Atuarial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime de Débitos e Parcelamentos | 482.068,31 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 0,00 | 1.135.272,46 | 1.797.437,64 |
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | 47.294,83 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II) | 3.451.076,73 | 4.526.341,29 | 5.983.269,56 |
| DESPESAS | | | |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) | 1.453.424,26 | 1.769.052,35 | 2.367.134,02 |
| ADMINISTRAÇÃO | 210.282,64 | 239.034,49 | 245.040,41 |
| Despesas Correntes | 206.597,64 | 235.545,49 | 243.340,41 |
| Despesas de Capital | 3.685,00 | 3.489,00 | 1.700,00 |
| PREVIDÊNCIA | 1.243.141,62 | 1.530.017,86 | 2.122.093,61 |
| Pessoal Civil | 1.243.141,62 | 1.530.017,86 | 2.122.093,61 |
| Pessoal Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ADMINISTRAÇÃO | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V) | 1.453.424,26 | 1.769.052,35 | 2.367.134,02 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) | 1.997.652,47 | 2.757.288,94 | 3.616.135,54 |
| APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR | | | |
| TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Plano Financeiro | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras | | | |
| Recursos para Formação de Reserva | | | |
| Outros Aportes para o RPPS | | | |
| Plano Previdenciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | | | |
| Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial | | | |
| Outros Aportes para o RPPS | | | |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | 0,00 | 400.000,00 | 0,00 |
| BENS E DIREITOS DO RPPS | 11.825.057,03 | 14.602.894,20 | 18.230.639,13 |

FONTE: RREO 6º bimestre de 2018 e 2017.



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

Tabela 6.1 - PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Município de Santa Cruz - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2021

AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

| EXERCÍCIO | R\$ milhares | | | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (e) |
|-----------|------------------------------|------------------------------|--------------------------------------|--|
| | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b) | |
| 2019 | 5.748.539,11 | 1.747.964,70 | 4.000.574,41 | 18.231.690,60 |
| 2020 | 6.015.302,50 | 2.175.887,55 | 3.839.415,15 | 22.071.105,75 |
| 2021 | 6.536.791,31 | 2.495.457,23 | 4.041.334,08 | 26.112.439,83 |
| 2022 | 7.006.010,07 | 2.590.836,05 | 4.415.174,02 | 30.527.613,85 |
| 2023 | 9.960.859,54 | 2.742.277,22 | 7.218.582,42 | 37.746.196,27 |
| 2024 | 10.541.237,25 | 3.414.884,23 | 7.126.353,02 | 44.872.549,29 |
| 2025 | 11.118.879,10 | 4.139.752,82 | 6.979.126,28 | 51.851.675,57 |
| 2026 | 11.690.538,49 | 4.241.905,20 | 7.448.633,29 | 59.300.308,86 |
| 2027 | 12.293.273,63 | 5.209.088,37 | 7.084.185,26 | 66.384.494,12 |
| 2028 | 12.877.102,41 | 6.445.902,15 | 6.431.200,26 | 72.815.694,38 |
| 2029 | 13.424.768,87 | 7.083.392,82 | 6.341.376,05 | 79.157.070,43 |
| 2030 | 13.970.119,97 | 7.577.988,25 | 6.392.131,72 | 85.549.202,15 |
| 2031 | 14.521.648,91 | 7.946.712,97 | 6.574.935,94 | 92.124.138,09 |
| 2032 | 15.087.338,12 | 8.231.936,73 | 6.855.401,39 | 98.979.539,48 |
| 2033 | 15.431.843,23 | 8.543.919,74 | 6.887.923,49 | 105.867.462,97 |
| 2034 | 15.895.539,06 | 8.681.618,90 | 7.213.920,16 | 113.081.183,13 |
| 2035 | 16.499.568,57 | 10.512.350,21 | 5.987.218,36 | 119.068.401,49 |
| 2036 | 17.043.380,92 | 10.754.629,70 | 6.288.751,22 | 125.357.152,71 |
| 2037 | 17.608.792,26 | 11.057.289,36 | 6.551.502,90 | 131.908.655,61 |
| 2038 | 18.193.542,33 | 11.453.031,84 | 6.740.510,49 | 138.649.166,10 |
| 2039 | 18.793.274,39 | 11.607.531,85 | 7.185.742,54 | 145.834.908,64 |
| 2040 | 19.423.431,11 | 12.262.642,78 | 7.160.788,33 | 152.995.696,97 |
| 2041 | 20.055.871,81 | 12.414.523,48 | 7.641.348,33 | 160.637.045,30 |
| 2042 | 20.720.999,18 | 12.698.030,68 | 8.022.968,50 | 168.660.013,80 |
| 2043 | 21.412.950,04 | 12.621.915,41 | 8.791.034,63 | 177.451.048,43 |
| 2044 | 22.134.985,75 | 12.775.910,65 | 9.359.075,10 | 186.830.123,53 |
| 2045 | 22.936.380,79 | 13.109.401,26 | 9.826.979,53 | 196.657.103,06 |
| 2046 | 23.748.804,46 | 13.228.249,72 | 10.520.554,74 | 207.177.657,80 |
| 2047 | 17.704.445,51 | 13.263.085,84 | 4.441.359,67 | 211.619.017,47 |
| 2048 | 18.071.129,03 | 13.166.388,01 | 4.904.741,02 | 216.523.758,49 |
| 2049 | 18.467.519,26 | 13.652.188,85 | 4.815.330,41 | 221.339.088,90 |
| 2050 | 18.860.484,86 | 14.125.822,28 | 4.734.662,58 | 226.073.751,48 |
| 2051 | 19.250.587,27 | 14.657.699,55 | 4.592.887,72 | 230.666.639,20 |
| 2052 | 19.634.197,62 | 15.093.458,54 | 4.540.739,08 | 235.207.378,28 |
| 2053 | 20.016.731,75 | 15.653.828,51 | 4.362.903,24 | 239.570.281,52 |
| 2054 | 20.390.687,43 | 16.134.447,07 | 4.256.240,36 | 243.826.521,88 |
| 2055 | 20.760.374,79 | 16.656.106,17 | 4.104.268,62 | 247.930.790,50 |
| 2056 | 21.123.115,80 | 17.182.795,87 | 3.940.319,93 | 251.891.110,43 |
| 2057 | 21.479.433,11 | 17.712.244,92 | 3.767.188,19 | 255.658.298,62 |
| 2058 | 21.826.417,76 | 18.246.298,13 | 3.580.119,63 | 259.238.418,25 |
| 2059 | 22.164.476,42 | 18.846.766,30 | 3.317.710,12 | 262.556.128,67 |
| 2060 | 22.489.132,28 | 19.334.160,11 | 3.154.972,17 | 265.711.100,84 |
| 2061 | 22.806.410,14 | 19.965.033,24 | 2.841.376,90 | 268.552.477,74 |
| 2062 | 23.107.303,89 | 20.478.634,40 | 2.628.669,49 | 271.181.147,23 |
| 2063 | 23.397.913,01 | 21.061.166,44 | 2.336.746,57 | 273.517.893,80 |
| 2064 | 23.673.531,64 | 21.682.463,55 | 1.991.068,09 | 275.508.961,89 |
| 2065 | 23.930.982,43 | 22.236.495,35 | 1.694.487,08 | 277.203.448,97 |
| 2066 | 24.173.260,10 | 22.865.663,53 | 1.307.596,57 | 278.513.045,54 |
| 2067 | 24.395.115,91 | 23.471.004,94 | 924.110,97 | 279.437.156,51 |
| 2068 | 24.596.564,90 | 24.067.271,56 | 529.293,34 | 279.966.449,85 |
| 2069 | 24.777.098,87 | 24.741.114,02 | 35.984,85 | 280.002.434,70 |
| 2070 | 24.930.861,09 | 25.367.279,04 | -436.417,95 | 279.566.016,75 |
| 2071 | 25.059.159,60 | 26.035.711,31 | -976.551,71 | 278.589.465,04 |
| 2072 | 25.157.985,27 | 26.692.461,21 | -1.534.475,94 | 277.054.989,10 |
| 2073 | 25.226.326,44 | 27.364.768,72 | -2.138.442,28 | 274.916.546,82 |
| 2074 | 25.261.477,42 | 27.983.341,85 | -2.721.864,43 | 272.194.682,39 |
| 2075 | 25.264.728,76 | 28.686.511,44 | -3.421.782,68 | 268.772.899,71 |
| 2076 | 25.229.149,71 | 29.406.299,49 | -4.177.149,78 | 264.595.749,93 |
| 2077 | 25.151.473,46 | 30.069.391,83 | -4.917.918,37 | 259.677.831,56 |
| 2078 | 25.032.637,20 | 30.822.137,97 | -5.789.500,77 | 253.888.330,79 |
| 2079 | 24.864.853,33 | 31.592.674,18 | -6.727.820,85 | 247.160.509,94 |
| 2080 | 24.644.183,62 | 32.303.370,63 | -7.659.187,01 | 239.501.302,93 |
| 2081 | 24.371.108,93 | 33.029.668,59 | -8.658.559,66 | 230.842.743,27 |
| 2082 | 24.041.614,93 | 33.852.868,04 | -9.811.253,11 | 221.031.490,16 |
| 2083 | 23.646.569,70 | 34.578.574,51 | -10.932.004,81 | 210.099.485,35 |
| 2084 | 23.187.958,34 | 35.354.638,43 | -12.166.680,09 | 197.932.805,26 |
| 2085 | 22.659.015,33 | 36.233.376,75 | -13.574.361,42 | 184.358.443,84 |
| 2086 | 22.049.431,54 | 37.045.449,60 | -14.996.018,06 | 169.362.425,78 |
| 2087 | 21.358.441,03 | 37.875.300,96 | -16.516.859,93 | 152.845.565,85 |
| 2088 | 20.580.166,65 | 38.723.313,27 | -18.143.146,62 | 134.702.419,23 |
| 2089 | 19.708.357,07 | 39.589.877,06 | -19.881.519,99 | 114.820.899,24 |
| 2090 | 18.736.363,90 | 40.475.391,16 | -21.739.027,26 | 93.081.871,98 |
| 2091 | 17.657.117,55 | 41.340.352,25 | -23.683.234,90 | 69.398.637,08 |
| 2092 | 16.118.503,07 | 42.264.218,77 | -26.145.715,70 | 43.252.941,38 |
| 2093 | 14.914.218,67 | 43.208.289,11 | -28.294.070,44 | 14.958.870,94 |

FONTE: Secretaria de Finanças



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

Município de Santa Cruz - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ES TIMATIVA E COMPENS AÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2021

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

| TRIBUTO | MODALIDADE | SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA | | | COMPENSAÇÃO |
|--------------|------------|--|------------------------------|------|------|-------------|
| | | | 2021 | 2022 | 2023 | |
| | | | | | | |
| TOTAL | | | | | | - |

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

Município de Santa Cruz - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2021

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

| EVENTOS | Valor Previsto para 2021 |
|---|---------------------------------|
| Aumento Permanente da Receita | |
| (-) Transferências Constitucionais | |
| (-) Transferências ao FUNDEB | |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I) | 0,00 |
| Redução Permanente de Despesa (II) | |
| Margem Bruta (III) = (I+II) | 0,00 |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV) | 0,00 |
| Novas DOCC | |
| Novas DOCC geradas por PPP | |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV) | 0,00 |

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Notas:

1- O Município não tem previsão de efetuar expansão de despesa obrigatória de caráter continuado para o exercício de 2021.



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

I - Metodologia e memória de cálculo das Metas Anuais para as Receitas

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| RECEITAS CORRENTES | 35.213.900,00 | 38.069.706,90 | 39.451.637,26 | 38.662.604,51 | 39.977.133,07 | 41.416.309,86 | 42.865.880,70 |
| Receita Tributária | 540.200,00 | 896.000,00 | 928.524,80 | 909.954,30 | 940.892,75 | 974.764,89 | 1.008.881,66 |
| Receitas de Contribuições | 405.000,00 | 1.182.645,00 | 1.225.575,01 | 1.201.063,51 | 1.241.899,67 | 1.286.608,06 | 1.331.639,34 |
| Receita Patrimonial | 195.000,00 | 521.000,00 | 539.912,30 | 529.114,05 | 547.103,93 | 566.799,67 | 586.637,66 |
| Aplicações Financeiras (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 195.000,00 | 521.000,00 | 539.912,30 | 529.114,05 | 547.103,93 | 566.799,67 | 586.637,66 |
| Receita Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 0,00 | 15.000,00 | 15.544,50 | 15.233,61 | 15.751,55 | 16.318,61 | 16.889,76 |
| Transferências Correntes | 33.868.700,00 | 35.318.200,00 | 36.600.250,66 | 35.868.245,65 | 37.087.766,00 | 38.422.925,57 | 39.767.727,97 |
| Outras Receitas Correntes | 205.000,00 | 136.861,90 | 141.829,99 | 138.993,39 | 143.719,17 | 148.893,06 | 154.104,31 |
| RECEITA DE CAPITAL | 1.330.000,00 | 930.000,00 | 963.759,00 | 944.483,82 | 976.596,27 | 1.011.753,74 | 1.047.165,12 |
| Operações de Créditos | 70.000,00 | 70.000,00 | 72.541,00 | 71.090,18 | 73.507,25 | 76.153,51 | 78.818,88 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens | 80.000,00 | 80.000,00 | 82.904,00 | 81.245,92 | 84.008,28 | 87.032,58 | 90.078,72 |
| Transferências de Capital | 1.180.000,00 | 780.000,00 | 808.314,00 | 792.147,72 | 819.080,74 | 848.567,65 | 878.267,52 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA INTRA ORÇAMENTÁRIAS | 2.962.831,00 | 2.284.827,00 | 2.367.766,22 | 2.320.410,90 | 2.399.304,87 | 2.485.679,84 | 2.572.678,64 |
| TOTAL DAS RECEITAS | 39.506.731,00 | 41.284.533,90 | 42.783.162,48 | 41.927.499,23 | 43.353.034,20 | 44.913.743,44 | 46.485.724,46 |

I - Metodologia e memória de cálculo das Metas Anuais para as despesas

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| DESPESAS CORRENTES (I) | 30.826.000,00 | 34.016.579,00 | 35.251.380,82 | 34.546.353,20 | 35.720.929,21 | 37.006.882,66 | 38.302.123,56 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 16.578.000,00 | 19.356.979,00 | 20.059.637,34 | 19.658.444,59 | 20.326.831,71 | 21.058.597,65 | 21.795.648,57 |
| Juros e Encargos da Dívida | 630.000,00 | 20.000,00 | 20.726,00 | 20.311,48 | 21.002,07 | 21.758,14 | 22.519,68 |
| Outras Despesas Correntes | 13.618.000,00 | 14.639.600,00 | 15.171.017,48 | 14.867.597,13 | 15.373.095,43 | 15.926.526,87 | 16.483.955,31 |
| DESPESAS DE CAPITAL (II) | 5.911.700,00 | 2.580.548,00 | 2.674.221,89 | 2.620.737,45 | 2.709.842,53 | 2.807.396,86 | 2.905.655,75 |
| Investimentos | 5.911.700,00 | 2.190.548,00 | 2.270.064,89 | 2.224.663,59 | 2.300.302,15 | 2.383.113,03 | 2.466.521,99 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida | 0,00 | 390.000,00 | 404.157,00 | 396.073,86 | 409.540,37 | 424.283,82 | 439.133,76 |
| DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS | 0,00 | 2.230.000,00 | 2.310.949,00 | 2.264.730,02 | 2.341.730,84 | 2.426.033,15 | 2.510.944,31 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III) | 971.151,97 | 2.457.406,90 | 2.546.610,77 | 2.495.678,55 | 2.580.531,63 | 2.673.430,76 | 2.767.000,84 |
| RESERVA DO RPPS (IV) | 2.680.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS (V) = (I)+(II)+(III)+(IV) | 40.388.851,97 | 41.284.533,90 | 42.783.162,48 | 41.927.499,23 | 43.353.034,20 | 44.913.743,44 | 46.485.724,46 |

III - Metodologia e Memória de Cálculos para o Resultado Primário



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| RECEITAS CORRENTES (I) | 35.213.900,00 | 38.069.706,90 | 39.451.637,26 | 38.662.604,51 | 39.977.133,07 | 41.416.309,86 | 42.865.880,70 |
| Receita Tributária | 540.200,00 | 896.000,00 | 928.524,80 | 909.954,30 | 940.892,75 | 974.764,89 | 1.008.881,66 |
| Receitas de Contribuições | 405.000,00 | 1.182.645,00 | 1.225.575,01 | 1.201.063,51 | 1.241.899,67 | 1.286.608,06 | 1.331.639,34 |
| Receita Patrimonial | 195.000,00 | 521.000,00 | 539.912,30 | 529.114,05 | 547.103,93 | 566.799,67 | 586.637,66 |
| Aplicações Financeiras (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 195.000,00 | 521.000,00 | 539.912,30 | 529.114,05 | 547.103,93 | 566.799,67 | 586.637,66 |
| Receita de Serviços | - | 15.000 | 15.545 | 15.234 | 15.752 | 16.319 | 16.890 |
| Transferências Correntes | 33.868.700,00 | 35.318.200,00 | 36.600.250,66 | 35.868.245,65 | 37.087.766,00 | 38.422.925,57 | 39.767.727,97 |
| Outras Receitas Correntes | 205.000,00 | 136.861,90 | 141.829,99 | 138.993,39 | 143.719,17 | 148.893,06 | 154.104,31 |
| RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II) | 35.213.900,00 | 38.069.706,90 | 39.451.637,26 | 38.662.604,51 | 39.977.133,07 | 41.416.309,86 | 42.865.880,70 |
| RECEITA DE CAPITAL (IV) | 1.330.000,00 | 930.000,00 | 1.042.855,00 | 944.483,82 | 976.596,27 | 1.011.753,74 | 1.047.165,12 |
| Operações de Créditos (V) | 70.000,00 | 70.000,00 | 72.541,00 | 71.090,18 | 73.507,25 | 76.153,51 | 78.818,88 |
| Amortização de Empréstimos (VI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens (VII) | 80.000,00 | 80.000,00 | 162.000,00 | 81.245,92 | 84.008,28 | 87.032,58 | 90.078,72 |
| Transferências de Capital | 1.180.000,00 | 780.000,00 | 808.314,00 | 792.147,72 | 819.080,74 | 848.567,65 | 878.267,52 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII)=(IV-V-VI-VII) | 1.180.000,00 | 780.000,00 | 808.314,00 | 792.147,72 | 819.080,74 | 848.567,65 | 878.267,52 |
| RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA | 2.962.831,00 | 2.284.827,00 | 2.367.766,22 | 2.320.410,90 | 2.399.304,87 | 2.485.679,84 | 2.572.678,64 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII) | 36.393.900,00 | 38.849.706,90 | 40.259.951,26 | 39.454.752,23 | 40.796.213,81 | 42.264.877,51 | 43.744.148,22 |
| DESPESAS CORRENTES (X) | 30.196.000,00 | 34.016.579,00 | 35.251.380,82 | 34.546.353,20 | 35.720.929,21 | 37.006.882,66 | 38.302.123,56 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 16.578.000,00 | 19.356.979,00 | 20.059.637,34 | 19.658.444,59 | 20.326.831,71 | 21.058.597,65 | 21.795.648,57 |
| Juros e Encargos da Dívida (XI) | 0,00 | 20.000,00 | 20.726,00 | 20.311,48 | 21.002,07 | 21.758,14 | 22.519,68 |
| Outras Despesas Correntes | 13.618.000,00 | 14.639.600,00 | 15.171.017,48 | 14.867.597,13 | 15.373.095,43 | 15.926.526,87 | 16.483.955,31 |
| DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII)=(X-XI) | 30.196.000,00 | 33.996.579,00 | 35.230.654,82 | 34.526.041,72 | 35.699.927,14 | 36.985.124,52 | 38.279.603,88 |
| DESPESAS DE CAPITAL (XIII) | 5.911.700,00 | 2.580.548,00 | 2.674.221,89 | 2.620.737,45 | 2.709.842,53 | 2.807.396,86 | 2.905.655,75 |
| Investimentos | 5.911.700,00 | 2.190.548,00 | 2.270.064,89 | 2.224.663,59 | 2.300.302,15 | 2.383.113,03 | 2.466.521,99 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida (XIV) | 0,00 | 390.000,00 | 404.157,00 | 396.073,86 | 409.540,37 | 424.283,82 | 439.133,76 |
| DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV)=(XIII-XIV) | 5.911.700,00 | 2.190.548,00 | 2.270.064,89 | 2.224.663,59 | 2.300.302,15 | 2.383.113,03 | 2.466.521,99 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI) | 971.151,97 | 2.457.406,90 | 2.546.610,77 | 2.495.678,55 | 2.580.531,63 | 2.673.430,76 | 2.767.000,84 |
| DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS | 0,00 | 2.230.000,00 | 2.310.949,00 | 2.264.730,02 | 2.341.730,84 | 2.426.033,15 | 2.510.944,31 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII)=(XII+XV+XVI) | 37.078.851,97 | 38.644.533,90 | 40.047.330,48 | 39.246.383,87 | 40.580.760,92 | 42.041.668,32 | 43.513.126,71 |
| RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII) | -684.951,97 | 205.173,00 | 212.620,78 | 208.368,36 | 215.452,89 | 223.209,19 | 231.021,51 |

Nota:

1- Os dados relativos as receitas e despesas foram extraídos das metas fiscais estabelecidas para as mesmas, conforme demonstrado anteriormente.

III - Metodologia e Memória de Cálculo dos Custos para o Resultado Primário



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

2- O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pelo STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

IV - Metodologia e Memória de C Anuais para o Resultado Nominal



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | (b) 2017 | (c) 2018 | (d) 2019 | (e) 2020 | (f) 2021 | (g) 2022 | (h) 2023 |
|---|-----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| DÍVIDA CONSOLIDADA (I) | 9.600.500,00 | 9.600.500,00 | 8.640.450,00 | 7.776.405,00 | 6.998.764,50 | 6.298.888,05 | 5.668.999,25 |
| DEDUÇÕES (II) | 197.301,08 | 206.179,63 | 215.457,72 | 223.795,94 | 231.405,00 | 314.710,80 | 325.725,67 |
| Ativo Financeiro | 1.620.200,00 | 1.693.109,00 | 1.769.298,91 | 1.837.770,78 | 1.900.254,99 | 2.584.346,78 | 2.674.798,92 |
| Haveres Financeiros | 65.731,00 | 68.688,90 | 71.779,90 | 74.557,78 | 77.092,75 | 104.846,14 | 108.515,75 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 1.488.629,92 | 1.555.618,27 | 1.625.621,09 | 1.688.532,63 | 1.745.942,74 | 2.374.482,12 | 2.457.588,99 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II) | 9.403.198,92 | 9.394.320,37 | 8.424.992,28 | 7.552.609,06 | 6.767.359,50 | 5.984.177,25 | 5.343.273,57 |
| RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVOS RECONHECIDOS (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V) | 9.403.198,92 | 9.394.320,37 | 8.424.992,28 | 7.552.609,06 | 6.767.359,50 | 5.984.177,25 | 5.343.273,57 |
| RESULTADO NOMINAL | (b-a*) | (c-b) | (d-c) | (e-d) | (f-e) | (g-f) | (h-g) |
| | (12.052.072,07) | (8.878,55) | (969.328,09) | (872.383,22) | (785.249,56) | (783.182,25) | (640.903,68) |

Notas:
1- O cálculo das Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal,
*: Refere-se ao valor da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao realizado no exercício de 2017.



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ nº 24.301.475/0001-86

V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|--------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| DIVIDA CONSOLIDADA (I) | 9.600.500,00 | 9.600.500,00 | 8.640.450,00 | 7.776.405,00 | 6.998.764,50 | 6.298.888,05 | 5.668.999,25 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outra Dívidas | 9.600.500,00 | 9.600.500,00 | 8.640.450,00 | 7.776.405,00 | 6.998.764,50 | 6.298.888,05 | 5.668.999,25 |
| DEDUÇÕES (II) | 197.301,08 | 206.179,63 | 215.457,72 | 223.795,94 | 231.405,00 | 314.710,80 | 325.725,67 |
| Ativo Disponível | 1.620.200,00 | 1.693.109,00 | 1.769.298,91 | 1.837.770,78 | 1.900.254,99 | 2.584.346,78 | 2.674.798,92 |
| Haveres Financeiros | 65.731,00 | 68.688,90 | 71.779,90 | 74.557,78 | 77.092,75 | 104.846,14 | 108.515,75 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 1.488.629,92 | 1.555.618,27 | 1.625.621,09 | 1.688.532,63 | 1.745.942,74 | 2.374.482,12 | 2.457.588,99 |
| DCL (III)=(I-II) | 9.403.198,92 | 9.394.320,37 | 8.424.992,28 | 7.552.609,06 | 6.767.359,50 | 5.984.177,25 | 5.343.273,57 |

Nota:

1- Se as deduções forem maiores que o montante da Dívida Consolidada, o valor da Dívida Consolidada Líquida será considerado igual a zero.

ANEXO III

Riscos Fiscais

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2021



PREFEITURA DE SANTA CRUZ/PE
CNPJ Nº 24.301.475/0001-86

Município de Santa Cruz - PE
LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE
RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2021

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R

\$ 1,00

| PASSIVOS CONTINGENTES | | PROVIDÊNCIAS | |
|---------------------------------------|-------------------|---|-------------------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Demandas Judiciais | 200.000,00 | Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência | 200.000,00 |
| Dívidas em Processo de Reconhecimento | | | |
| Avais e Garantias Concedidas | | | |
| Assunção de Passivos | | | |
| Assistências Diversas | | | |
| Outros Passivos Contingentes | 260.000,00 | Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência | 260.000,00 |
| SUBTOTAL | 460.000,00 | SUBTOTAL | 460.000,00 |

| DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS | | PROVIDÊNCIAS | |
|---------------------------------------|---------------------|--|---------------------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Frustração de Arrecadação | 1.000.000,00 | Limitação de empenho e movimentação financeira | 1.000.000,00 |
| Restituição de Tributos a Maior | | | |
| Discrepância de Projeções: | 860.000,00 | Limitação de empenho e movimentação financeira | 860.000,00 |
| Outros Riscos Fiscais | | | |
| SUBTOTAL | 1.860.000,00 | SUBTOTAL | 1.860.000,00 |
| TOTAL | 2.320.000,00 | TOTAL | 2.320.000,00 |

FONTE: Secretaria de Finanças